

# naus

Revista Lusófona de Estudos Culturais e Comunicacionais



2018  
VOLUME 1 | NÚMERO 2

SEMESTRAL | BIENNIAL

ISSN (ONLINE): 2184-3058

pontēditora

ASSINATURA ANUAL IMPRESSA: 50€

## Editor-chefe

**Cristiano Henrique Ribeiro dos Santos** | *Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro.*

---

## Conselho Científico

**Carla Delfina Carvalho** | *Universidade da Madeira.*

**Cláudia Martins** | *Berlitz / Instituto da Cooperação e da Língua, I.P. / Centro de Linguística da Universidade Nova de Lisboa.*

**Dionísio Vila Maior** | *Universidade Aberta*

**Dora Nunes Gago** | *Universidade Nova de Lisboa*

**Filipe Abraão Couto** | *Universidade do Minho*

**Helena Garvão** | *Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa*

**Hugo Diogo** | *Embaixador do Plano Europeu de Investimento para Portugal, Comissão Europeia*

**Idalina Sardinha** | *Universidade da Madeira*

**Irene Maria Blayer** | *Universidade de Toronto*

**Juliana Bonilha** | *Universidade Nova de Lisboa*

**Luis Filipe B. Teixeira** | *CIAUD – Centro de Investigação em Arquitectura, Urbanismo e Design / CIES-IUL / Universidade Federal de Pernambuco / University of the People*

**Luísa Marinho Antunes Paolinelli** | *Centro de Competências de Artes e Humanidades da Universidade da Madeira*

**Mariana Batalha Dos Loios** | *Universidade de Macau*

**Mário Vítor Bastos** | *Universidade de Lisboa*

**Rute Costa** | *Universidade Nova de Lisboa*

**Sandrina Teixeira** | *Instituto Politécnico do Porto*

**Tania Rezende** | *Universidade Federal de Minas Gerais*

## **Ficha Técnica**

Editor: Prof. Doutor Cristiano Henrique Ribeiro dos Santos

ISSN (online): 2184-3058

ERC: 127194

Periodicidade: Semestral (janeiro, julho)

Detentora de 100% do capital da empresa: Ponte Editora, Sociedade Unipessoal, Lda.

Propriedade/Editora: Ponte Editora, Sociedade Unipessoal, Lda.

## **Contactos**

Telefone: 291 723 010

E-mail: [geral@ponteditora.org](mailto:geral@ponteditora.org)

## **Endereço para correspondência:**

NAUS – Revista Lusófona de Estudos Culturais e Comunicacionais

Ponte Editora, Sociedade Unipessoal, Lda.

Startup Madeira – Sala 3

Campus da Penteada

9020-105 Funchal, Madeira

## **Estatuto Editorial**

**I** – A **NAUS** – **Revista Lusófona de Estudos Culturais e Comunicacionais**, conhecida também pelas formas abreviadas de **NAUS** ou **Revista NAUS**, é uma publicação periódica. Propriedade da Editora: Ponteditora.

**II** – A **NAUS** dedica-se à divulgação do conhecimento em relação aos fenómenos e relações culturais, bem como, as mediações socioculturais.

**III** – A linha editorial da **NAUS** centra-se na área da cultura e da comunicação, explorando disciplinas como a literatura, a linguística, entre outras.

**IV** – A **NAUS** tem por missão fomentar a ciência como forma de estimular a investigação e a elaboração de estudos nos países da CPLP e da Diáspora de língua portuguesa.

**V** – A **NAUS** é editada semestralmente, em papel, em Portugal e, quando se justificar, na CPLP, sendo disseminada no resto do mundo através da Internet.

**VI** – A **NAUS** terá, aproximadamente, 80 a 100 páginas de formato A4 e uma tiragem em papel inferior a 1000 exemplares.

**VII** – A revista **NAUS** destina-se a professores, investigadores e académicos, nacionais ou estrangeiros.

**VIII** – A **NAUS** apresenta um corpo editorial técnico e científico, aberto a académicos, investigadores e profissionais oriundos de diversas organizações e empresas relacionadas com a investigação cultural e comunicacional.

**IX** – A revista **NAUS** publica artigos académicos e científicos, originais e de revisão.

**X** – A **NAUS** publica em português, podendo excecionalmente apresentar artigos noutra língua, desde que se trate de uma língua reconhecida internacionalmente no meio académico e profissional, como por exemplo em inglês.

**XI** – A revista **NAUS** pretende promover o intercâmbio de ideias, experiências e projetos entre os autores e editores, contribuindo para a reflexão cultural, comunicacional e para a sua ligação com a sociedade.

## Índice

### **Editorial**

*Editorial*

.....5

### **A urgência das historicidades críticas sobre os media para ajudar a desvelar o Jornalismo**

*The urgency of critical historicities about the media to help unveil journalism*

.....7

### **Marco Paulo e companhia**

*Marco Paulo and company*

.....25

### **Análise dos fatores que influenciam no desenvolvimento de startups em Belo Horizonte**

*Analysis of factors influencing the development of startups in Belo Horizonte*

.....41

### **Goa: contexto e pretexto do Memorial de D. Manuel de Mendonça (1593-1653)**

*Goa: context and pretext of the D. Manuel de Mendonça's (1593-1653) Memorial*

.....56

## Editorial

### *Editorial*

Editor-chefe da NAUS, Cristiano Henrique Ribeiro dos Santos<sup>1</sup> <sup>1</sup>E-mail: cristiano.henrique@eco.ufrj.br  
*Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro.*

A publicação do segundo número da Revista Naus é motivo para celebrar. Trata-se de um esforço intelectual em tempos conturbados, em que a reflexão e o alto pensar se colocam como antídotos contra a incompreensão e o obscurantismo. Se a boa acolhida e a repercussão dos artigos do primeiro número é motivo de alegria, por outro se avoluma a responsabilidade na produção de um pensamento capaz de unir expressões intelectuais de uma margem e outra do Atlântico. Por um lado, manifesta a força e a pertinência dos estudos da comunicação e da cultura em Língua Portuguesa. Também, a relevância das aproximações e diálogos entre Brasil e Portugal.

Esta edição se apresenta em intensa complexidade histórico-temporal. Pode-se dizer mesmo que as abordagens apresentadas dividem-se, por si, por sua distância no tempo. Sem perder, porém, a força da temporalidade e das marcas identitárias da lusitanidade sobre o presente.

Parte-se da Idade Média ao início da Era Moderna, a partir dos relatos de viajantes. Assim como, pelo Século XVII em torno das relações entre a Santa Sé e o Padroado Português, em suas implicações na dinâmica clerical das colônias nas Índias Orientais. Em ambos os textos encontramos os reflexos, implicações e historicidades da expansão marítima portuguesa como um traço marcante do encontro da diferença. Fragmentos da história que manifestam a presença do Império Português no Ocidente e no Oriente e as afetações do choque de alteridade nos sentidos de ser lusitano.

Ainda na confluência dos estudos sobre mídia, história e cultura nos deparamos com o jornalismo brasileiro em meados do Século XX (década de 50) ao tornar-se objeto da História. Cujas análises se baseiam nas trajetórias de dois dos mais expressivos jornais impressos do país ainda em circulação – O Globo e Folha de São Paulo. O texto parte da importância e da urgência da análise crítica da história sobre as organizações dos *media*, especificamente as da área do Jornalismo, para melhor compreender

produtos, conteúdos e discursos que elas propõem.

Em um salto para a cultura contemporânea, fortemente marcada pela tecnologia e pela aceleração das trocas informacionais, o último artigo se debruça sobre o ecossistema de empreendedorismo e inovação, difundindo-se também acerca dos fatores pertinentes ao desenvolvimento de *startups*, na capital do Estado de Minas Gerais (Belo Horizonte), no Brasil. O estudo apresenta uma proposta metodológica ao desvendar os resultados de um estudo de qualiquantitativo, baseado em levantamento de dados primários. Propondo-se a aferir os principais parâmetros considerados pelos investidores ao escolher uma *startup* para aplicar seus recursos; identificar os fatores de maior relevância para ambos os grupos de interesse no desenvolvimento dos projetos; além de detectar erros cometidos pelas *startups* durante a evolução dos projetos e classificá-los quanto sua gravidade.

Assim, cabe o convite ao prazer da leitura, ao descortinar-se das aventuras no tempo, ao navegar por mares de saber e de não saber; pois há inebriantes sabores de descoberta como promessa do desconhecido.

A Naus nos convoca a uma recusa quanto ao estado de imobilidade, pois mesmo ancorada toda a embarcação se submete ao movimento inevitável das águas sempre em mutação. Assim como, o tempo em mover constante. Assim como, a inquietude dos antigos navegantes que fizeram de nós o que somos e que ainda seremos.



O trabalho NAUS – **Revista Lusófona de Estudos Culturais e Comunicacionais** está licenciado com uma Licença [Creative Commons - Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/).

## A urgência das historicidades críticas sobre os media para ajudar a desvelar o Jornalismo

*The urgency of critical historicities about the media to help unveil journalism*

José Cristian Góes<sup>1</sup>;

<sup>1</sup>E-mail:

[cristiangoes\\_brasil@yahoo.com.br](mailto:cristiangoes_brasil@yahoo.com.br)

Universidade Federal de Minas Gerais

**Resumo:** Busca-se refletir aqui sobre a importância e a urgência da análise crítica da história sobre as organizações dos *media*, especificamente as da área do Jornalismo, para melhor compreender produtos, conteúdos e discursos que elas propõem. Um dos sinais da pouca, ou quase nenhuma atenção à história como um processo e percurso investigativo nesse ambiente é o uso recorrente em muitos estudos da expressão: “jornalismo de referência”. Essa ideia de referência pode interditar o debate, não permitindo enxergar outras possibilidades interpretativas. Ao acolher o jornalismo de referência como uma constatação dada, pode-se validar histórias referências dos próprios *media*, repletas de fábulas heroicas dos proprietários e de suas organizações. Metodologicamente, optamos por fazer um recorte histórico com o objetivo de perceber a construção da ideia de referências do jornalismo no Brasil: “era da modernização” da imprensa nos anos 1950, e utilizamos rastros críticos das histórias dos dois maiores jornais impressos em circulação no país: *O Globo* e *Folha de S.Paulo*.

**Palavras-chave:** Media, Jornalismo, História, Referência, Modernização.

**Abstract:** *It is intended to reflect here on the importance and urgency of the critical analysis of history on media organizations, specifically those in the area of journalism, to better understand the products, contents and discourses that they propose. One of the signs of little or almost no attention to history as a process and investigative per-course in this environment is the recurrent use in many studies of the expression "journalism of reference". This idea of reference can interdict the debate, failing to see other interpretative possibilities. By embracing reference journalism as a given, one can validate reference histories of the media themselves, replete with heroic fables of the owners and their organizations. Methodologically, we chose to make a historical approach in order to realize the construction of the idea of journalism references in Brazil: "era of the modernization" of the press in the 1950s, and we use critical traces of the stories of the two largest newspapers printed in circulation in the country: O Globo and Folha de S.Paulo.*

**Keywords:** *Media, Journalism, History, Reference, Modernization.*

## 1. A história crítica: um trajeto inevitável

Não é raro encontrar pesquisas sobre jornalismo que trazem análises válidas de produtos, processos, conteúdos, discursos, mas com pouca sustentação histórica dos objetos investigados. Em alguns casos, os lastros históricos sequer existem. É como se os objetos de investigação surgissem do nada, e as explicações estivessem neles mesmos, aprisionadas em seus limites.

Algumas vezes, mesmo com contextualização histórica, o que se vê é a reprodução de uma narrativa profundamente oficial, sedimentada como verdadeira e que serve apenas para algum ornamento acadêmico. Na prática, não há exercício crítico dos processos históricos, e essa ausência compromete os próprios objetos, e não permite enxergar outros fenômenos que atravessam o jornalismo, uma das ações dos media e que vamos analisar nesse texto.

Em muitos trabalhos da área dos media surge, quase como por osmose, uma expressão que busca confortar, do ponto de vista histórico-metodológico, o pesquisador e sua pesquisa: “jornalismo de referência”. Ao recorrer a essa espécie de mantra como um dado natural, valida-se a investigação e, ao mesmo tempo, interdita-a colocando um ponto final que justificará, por si só, a escolha do objeto. Nesse lugar, serão acolhidas histórias referenciadas nos próprios media. Entretanto, quais implicações estão em jogo quando se diz que este jornal, emissora de tv, sítio noticioso é “de referência”? Trata-se de organizações de media consolidadas, de empresas “sérias” do jornalismo e que produzem com “qualidade”? É preciso avançar com essas questões e suas respostas.

Nesse trabalho, destacamos a importância da historicidade dos objetos no jornalismo como um caminho incontornável nas investigações, trazendo indícios ainda não percebidos e novas proposições. Recorrer as narrativas históricas é fazer emergir uma série de problemas para os objetos em análise. Todavia, arrolar a história não significa reforçar a oficialidade, ao contrário, é fundamental exercer sua crítica, até porque, no caso dos media, parte considerável da historiografia tem influência direta das organizações jornalísticas, em uma autorreferencialidade fantástica, empreendedora, heroica dos donos e de seus aliados ideológicos.

De saída, ressaltamos a perspectiva de Landowski (1992), de que rádio, tv, jornal, ou seja, as organizações dos media são, antes de tudo, empresas, com personalidade jurídica, estatuto e história fundacional; agentes que transitam nas coletividades sendo parte delas e que buscam, no espaço em que ocupam, dar ordem ao mundo. A “história fundacional” delas, assim, não é uma pedra inaugural fixada no passado, mas uma história viva, de raiz profunda, que alimenta o presente.

As empresas, ao propor a experiência do jornalismo, deixam emergir rastros históricos de suas opções políticas, econômicas, culturais. A seleção dos acontecimentos, das fontes, angulações, ancoragens está impregnada de lastros imperiosos de seus percursos. O que está expresso, e o que também não está, insere-se nas histórias das organizações de media jornalísticas, e esses elementos são referências pedagógicas para os sentidos.

Nessas condições, jornais, rádios, tvs são atores políticos que buscam construir o reconhecimento como referências sociais. Em razão disso, fazem circular uma imaginária autorização para que exerçam o poder de falar e de mostrar o verdadeiro, a realidade, mas segundo a lógica das organizações de media jornalísticas. Por isso, nomear-se de referência é um exercício político fundado na historicidade desenvolvida dos próprios meios.

Fica nítido, assim, que o jornal, por exemplo, não tem papel de um mero mediador na esfera pública, como se estivesse fora e à distância dela, desinteressado na arena política. Se enxergarmos criticamente a história das organizações, os alinhamentos econômicos e políticos, perceberemos a ausência nítida dessa isenção. A mediação pode funcionar e funciona como uma vigorosa figura retórica, para a dissimulação no sentido de proteger a promessa do verdadeiro. Patterson (2000) diz que os media noticiosos são atores políticos eficazes que buscam forçar a direção no palco das decisões das agendas públicas, transformando a política em espetáculo, produzindo a despolitização e “abalando uma condição essencial para a existência de um verdadeiro sistema democrático” (Patterson, 2000, p. 91).

Um dos resultados desse processo é o uso apressado e reducionista da expressão “jornalismo de referência”, isto é, sem levar em conta que ela está, inevitavelmente, encadeada com as histórias das organizações. É preciso discutir a configuração histórica desse jornalismo. Tomamos nesse artigo, como exemplo, os rastros das histórias dos

jornais Folha de S. Paulo e O Globo. Essa reflexão reforça, assim, a importância de considerar a análise crítica dos percursos dos meios como um dos modos de enxergar para além dos objetos em análise.

## 2. Referência de quê? Referência para quê?

O jornal nasce na transição Idade Média/Moderna, mas como sinal de Modernidade, obra da burguesia mercantil para comunicar seus negócios. Desde o princípio, as notícias foram transformadas em um meio desse grupo econômico agir no Estado, buscando interferir nas decisões dos soberanos, de modo que a livre circulação dos negócios não fosse atrapalhada. É preciso ter clara essa vocação originária do jornal: surge como mensageiro desse tipo de liberdade, a econômica, fortalecendo comerciantes, banqueiros, industriais. A defesa dos interesses corporativos privados está na gênese dos media e do jornalismo, uma filiação que não pode ser desprezada em análises mais sérias e comprometidas com esses objetos.

Com a consolidação das nações modernas, com o alinhamento dos interesses entre nobreza e burguesia, o que deu forma a elite dirigente, a imprensa se tornou, mais ainda, um elemento estratégico no avanço do Capitalismo, da ordem econômica. Para conquistar adesão social à essa lógica, usou-se a retórica persuasiva, um regime de crença de que a função do jornal, da notícia, dos media é ser a “voz do povo”, aumentando a influência política, e se tornando aparelho de controle social. Logo, os jornais ganharam enormes estruturas, melhorias técnicas e circulavam massivamente, tornando-se elementos influentes na arena pública e guias morais da vida em sociedade, segundo o padrão da elite dominante. Nele, encenava-se uma representação do povo para manter intocados os interesses privados, do capital, e as relações de exploração e explorados.

Não é sem razão que o primeiro modelo de jornalismo no Ocidente foi o autoritário, como diz Sousa (2006, p. 197): “Mal o jornalismo moderno começou a se configurar, no século XVII, o poder político, receoso dos eventuais efeitos adversos das notícias, tratou de controlar os jornais”. Esse “poder político” é a ação articulada das forças econômicas, políticas, religiosas que dirigem as nações, por dentro e por fora dos Estados. Aí, o jornal também é um importante anunciador das condutas sociais esperadas, balizador do bem e do mal, do certo e do errado, da condição “natural” do

dominador e do dominado, desenvolvendo um regime de crença no verdadeiro, no que se vê no jornal, um modo de saber, um aprendizado do mundo naturalmente dividido entre ricos e pobres, entre o Eu e o Outro.

No Brasil, destacamos três grandes marcas na história do jornalismo: 1) a sua condição tardia, com imprensa regular somente 300 anos depois das invasões europeias do século XVI; 2) os longos períodos de censura, da Colônia à República; 3) a oficialidade na produção, desde o primeiro jornal impresso (Gazeta do Rio de Janeiro, pela Corte Portuguesa) até a compra das linhas editoriais e o pagamento com recursos públicos.

Um momento nessa história, objeto de intensa e festiva lembrança nos trabalhos sobre os media no Brasil é o da “era da modernização”, a partir dos anos 1950. Grande parte das narrativas consolidadas sobre esse período enfatiza que antes da metade do século XX, o jornalismo era apresentado como profundamente arcaico, “praticado com um espírito amadorístico e aventureiro, por profissionais com pouco preparo técnico e eticamente descompromissados” (Albuquerque, 2010, p. 101). Símbolo dessa fabulação, o texto introdutório opinativo, crítico, próximo da literatura, conhecido como “nariz de cera”, passa a ser sinônimo de incapacidade, ignorância e incompetência dos repórteres. Em seu lugar, o lead, um texto padrão, limpo, objetivo. Tem-se, assim, a “aceleração rumo ao progresso, bem como um combate explícito que cria vencedores (os modernos) e os vencidos (aqueles ultrapassados que, uma vez superados, já não existem ou, pelo menos, não deveriam existir mais)” (Jácome, 2017, p. 64).

De fato, um dos pilares da modernização da imprensa brasileira foi a criação da narrativa que fixasse o jornalismo do passado como aquele vinculado à política partidária, ao opinativo, doutrinário, irresponsável e pouco empresarial. Os jornalistas eram conhecidos como primitivos, boêmios, irresponsáveis. Recorrer ao arcaico “autoriza e sustenta o surgimento de mitos fundacionais, passados idealizados e futuros estáticos” (Jácome, 2017, p. 130). O jornal Diário Carioca (1928-1965) foi o ícone do período das reformas gráficas, técnicas e editoriais. Ele e os demais grandes jornais brasileiros, transformados em “empresas”, foram elevados à condição de “referência”, em uma narrativa que exaltava o “caos primordial que antecede à instauração da verdadeira ordem pelos heróis fundadores” (Albuquerque, 2008, p. 98).

Todavia, a inscrição festiva dessa modernização na história foi resultado da importação

do modelo estadunidense de jornalismo. Depois de longa raiz colonialista europeia, nossas referências passaram a ter outro padrão. Após a Segunda Guerra, os Estados Unidos desenvolvem um protagonismo econômico, político e cultural em grande parte do mundo. A propaganda do liberalismo, das modernas tecnologias e do sucesso capitalista tornam-se desejados. O jornalismo no Brasil não passa incólume.

Entre 1945 e 1952, por exemplo, seções do setor das comunicações e do governo realizaram um esforço sistemático no sentido de exportar o modelo legal americano relativo à liberdade de expressão. Na verdade, este movimento já havia sido esboçado durante a Guerra, com a criação do *Office of the Coordinator of Inter-American Affairs* (OCIAA) em 1940 (Tota, 2000). Os esforços promovidos pelo OCIAA incluíram financiamentos para viagens de jornalistas brasileiros aos Estados Unidos, dentre os quais Pompeu de Sousa (Albuquerque, 2008, p. 103).

Pompeu de Sousa, editor do *Diário Carioca*, teria introduzido a “modernização” da imprensa no Brasil. Chegam dos Estados Unidos o lead, *copy desk*, editorial, códigos de conduta de repórteres, objetividade, isenção, profissionalismo. A historiografia registra que, com a importação do modelo estadunidense, as mídias brasileiras passam a ser empresariais, informativas. Jornais adotam esse modelo e fazem campanhas jurando um jornalismo sério, de qualidade, guardião dos interesses públicos.

Todavia, o que se viu foi uma modernização encenada, que mantinham camuflados os interesses corporativos, econômicos e políticos da elite, assegurando-se a continuidade de uma raiz histórica que se estendia desde o Brasil Colônia. Perceber isso, não implica desprezar a importância das mudanças tecnológicas nesse período, mas elas são como cortina de fumaça para garantir o controle sobre os modos de pensar e do fazer jornalístico nas redações, a partir dos valores e dos interesses capitalistas.

As referências do jornalismo brasileiro de referência sempre foram tomadas, historicamente, a partir do *Outro* desejado, das metrópoles europeias e, depois, dos Estados Unidos, uma ação que possibilitava à elite nacional imaginar-se inserida no mundo capitalista. Isso, porém, implicava o contrário, o *Outro* a ser rejeitado, combatido, apagado, pobre e negro, um atraso que impedia o Brasil de entrar na órbita econômica global dos países ricos. Por isso, a modernização além de encenada é caminho para manutenção de um padrão autoritário de referência social.

### 3. Modernidade encenada e padrão autoritário dos media no Brasil

A “era da modernização” do jornalismo brasileiro, na segunda metade do século XX, foi uma espécie de divisor de águas que resultou, por um lado, na consolidação de uma casta empresarial da mídia nacional, com status de “referência”, que produzia a ideia de “jornalismo de qualidade”, informativo. Por outro, estavam as iniciativas alternativas, sensacionalistas, panfletárias, “sem qualidade” que serão adiante objeto de controle das grandes empresas.

Entretanto, a ideia de modernidade não é apenas encenada para a adesão social, mas para manter as relações de poder, uma condição que Albuquerque (2008) chama de “modernização autoritária”. É possível ser moderno e autoritário ao mesmo tempo? As melhorias das técnicas e a introdução de regras nas redações implicaram em modernidade? Entendemos que a retórica do “moderno” serviu para dar fôlego às mesmas lógicas políticas e econômicas das elites, assim, é difícil considerar aqui algo como moderno.

Se avançarmos na gênese dessa transformação ocorrida no jornalismo brasileiro em 1950, tomando por base os Estados Unidos, perceberemos até um equívoco. Schudson (2010) afirma que a primeira grande reforma da imprensa estadunidense ocorreu em 1830, com o *penny press*, jornais de massa, vendidos a um centavo, com notícias curtas, objetivas, e mais voltados ao mercado. Esse período “levou ao triunfo da ‘notícia’ sobre o editorial e dos ‘fatos’ sobre a opinião” (Schudson, 2010, p. 25).

O modelo do *penny press* marcou a primeira metade do século XIX nos Estados Unidos, e seus princípios são praticamente os mesmos dos adotados no Brasil na segunda metade do século XX. Por isso, também entende Jácome (2017, p. 106), que se faz necessário “repensar criticamente a proposição linear de uma ‘importação do modelo americano’ como base da modernização dos jornais brasileiros”. Essa discrepância histórica reforça a ideia de que a celebrada “modernização” do jornalismo no Brasil em 1950 não passa de fabulação para transformar as empresas em referências de jornalismo moderno e dissimular o jogo dos grandes interesses econômicos e políticos das elites.

A modernização encenada fortaleceu ideologicamente as organizações jornalísticas como atores políticos e de referências sociais e culturais. Grandes estruturas

possibilitaram maior poder de massificação dos valores das classes dirigentes do país, e permitiram que os maiores proprietários desses negócios ampliassem suas ingerências no Estado e em outros setores privados. A pauta modernizante era a defesa da liberdade irrestrita do capital, a redução do Estado, o controle e a punição dos pobres, mantendo nossa herança colonial, conectando-se “intimamente com a composição de projetos de país e de propostas de ordenamento histórico” (Manna, 2016, p. 197).

De forma mais incisiva, podemos dizer que o jornalismo de referência do Brasil, sinônimo de moderno, manteve intocada a percepção da própria elite nacional de que a sociedade brasileira em que vive é inferior, atrasada e periférica em relação às metrópoles econômicas. Assim, o jornalismo desenvolve cotidianamente a crença de que a superação desse atraso só é possível com liberdade para a iniciativa privada e a imposição da ordem, de uma domesticação punitiva aos pobres e, em muitos casos, sua eliminação.

Podemos perceber que a mitificação moderna não teve apenas ação sobre as narrativas para manter o controle social. Um braço dessa modernização encenada alcançou as redações, ampliando o domínio autoritário sobre o processo noticioso. As inovações tecnológicas, produtivas e administrativas, especialmente implantadas a partir de 1950, formaram um potente sistema de controle sobre a atividade jornalística.

A modernização limpava as redações, as pautas e os textos, principalmente, limitava, enquadrava e excluía/demitia os jornalistas, de forma especial, os mais críticos aos valores das elites dirigentes. A era moderna estabeleceu maior comando nas redações e sufocava denúncias sobre as mazelas urbanas e rurais produzidas pelo capital e governos (Albuquerque, 2010).

Há uma suspeita que, em muitos casos, houve uma espécie de acordo tácito entre donos de jornais e alguns jornalistas comunistas que povoavam as redações quando da implantação do modelo estadunidense. Muitos postos de trabalho foram garantidos “em troca de manterem a disciplina nas salas de redação e cultivarem relações de lealdade com seus chefes” (Albuquerque, 2010, p. 109). O moderno trazia regras de conduta, fim do texto opinativo, pautas enquadradas e escrita objetiva. Acentuou-se, assim, a subjetiva competência técnica em detrimento da autonomia e liberdade dos repórteres.

*Lead, copy desk*, profissionalismo, independência, imparcialidade foram utilizados como ornamentos luminosos da modernização encenada, invisibilizando históricas relações autoritárias, disfarçadas em padrões de pensamento, comportamento e expressão. Tem-se, assim, a referência, um tipo “único jornalismo desejável, cuja gênese poderia ser encontrada nos Estados Unidos” (Jácome, 2017, p. 12).

Assim, a historiografia oficial de modernização do jornalismo brasileiro

[...] congela relações e elimina disputas, resistências e diálogos, num intento de cortar as arestas que compõem a história tanto do jornalismo produzido lá quanto daquele que, até então, supostamente vinha sendo produzido aqui. Isso em favor de uma origem mitológica, didática, pretensamente revolucionária e purificada (Jácome, 2017, p. 64).

A modernização encenada e a referência autoritária ficam às claras pouco mais de dez anos da “era da modernização”, quando Brasil entra na violenta ditadura militar. Que papel desempenhou a grande imprensa diante da ditadura, da censura, da violência e dos ataques aos direitos e as liberdades individuais e coletivas? Onde estava o jornalismo moderno, de referência, de qualidade, informativo, democrático?

Não é preciso grandes aprofundamentos para perceber esse jornalismo ajudou a incitar e preparar, apoiou e festejou o Golpe Militar de 1964. As páginas dos jornais, programas de rádio e tv (inclusive em rede) traziam as justificativas encenadas de adesão ao regime antidemocrático: suposta intervenção do Estado na economia, aproximação com o comunismo, implantação da “República Sindicalista”. Na prática, para as elites, a ideia de reformas de base do Governo João Goulart comprometia a liberdade do capital e dos negócios privados nacionais e internacionais.

Com a ditadura militar, donos de jornais, de emissoras de rádio e tv, assumem-se como elite dirigente, e deixam nítidos que sempre nutriram pavor das classes populares, vistas como perigosas e obstáculo ao “progresso”. Por isso, coberturas jornalísticas cobravam do Estado à imposição da ordem e punição dos subversivos.

Mesmo depois da ditadura, há uma narrativa jornalística, muitas vezes subliminar, que mantém e aprofunda as lógicas de dominação, marcadas por relações de mando/obediência, de superior/inferior, de rico/pobre, de branco/negro. Miguel (2002) diz que as empresas de jornalismo não são canais neutros, nem penetras a perturbar a política, e nem os barões da mídia são os mesmos do início do século XX, que usavam

chantagens para circular na elite. Hoje, as organizações “são agentes políticos plenos e, com a força de sua influência, reorganizaram todo o jogo político” (Miguel, 2002, p. 180).

#### **4. Rastros das histórias das organizações dos media Folha de S.Paulo e de O Globo**

Além de considerar criticamente a história geral do jornalismo, é fundamental avançar em objetos específicos. Tomemos, como exemplo, rastros das histórias da Folha de S.Paulo e de O Globo, maiores jornais em circulação diária no Brasil. Segundo o Instituto Verificado de Circulação (IVC-2017), o jornal Folha de S.Paulo é líder em circulação diária de jornais impressos no Brasil, com uma em média de 309,7 mil. Ele é seguido pelo O Globo com uma circulação de 302,2 mil exemplares diários, em média.

Em parte da bibliografia da história do jornalismo eles são classificados de referência, mas é preciso discutir que referências são essas quando os convocamos e os confirmamos assim.

##### **4.1 A trajetória da *Folha de S.Paulo***

A *Folha de S.Paulo* surgiu em 1960, com a fusão das *Folhas da Noite, da Manhã e da Tarde*. Contudo, essa condensação e as mudanças de dono ao longo do tempo não alteraram a trajetória ideológica desse jornal.

A *Folha da Noite* nasceu graças ao financiamento de um dos maiores barões da imprensa brasileira nos anos 1920, Júlio Mesquita, proprietário de *O Estado de S. Paulo*. Ao contrário do *Estado*, a *Folha* tinha pauta mais urbana, voltada ao comércio e à indústria, e dava voz a um tipo de liberalismo autoritário da elite nacional que migrava para as cidades, mas mantinha os pés no campo. A *Folha* fazia campanhas de limpeza social e da abertura do Brasil ao mundo civilizado (Taschner, 1992).

O financiamento de Júlio Mesquita foi uma ação movida por interesses de classe, uma associação urbano-rural das elites. A *Folha* era o olho da oligarquia rural sobre o mundo urbano e vice-versa. Além disso, existia uma efervescência política nas cidades em razão da industrialização, alvo de tensões entre anarquistas, comunistas e poderosos

setores industriais. Onde estavam os jornais? No flanco autoritário. Além da promoção e defesa dos latifúndios, das indústrias e do comércio, os jornais também enfatizavam teorias sociais e racistas, e defendiam a repressão, a imposição da ordem.

A *Folha* buscava influenciar os leitores da crescente classe média urbana e orientar o operariado, afastando-os das ideias comunistas. Livre mercado, iniciativa privada e outros valores do capital exigiam reforços e, nessa esteira, surge a segunda folha, a *da Manhã*. Mota e Capelato (1981) dizem que esse jornal seguia a mesma linha da *Folha da Noite*, mas era mais nítido à elite. Enquanto a Noite aproximava-se da classe média, a *Folha da Manhã* dialogava com latifundiários. Há um anúncio recorrente na capa desse novo jornal que revela isso: “Fazendeiros! O seu jornal é a *Folha da Manhã*”.

As *Folhas* se consideravam “escolas de civismo”, representantes da sociedade e fiscalizadoras do governo. A sociedade que diziam tutelar era a elite dirigente do país, jamais colocando em xeque qualquer interesse político-econômico dos mais ricos. Elas buscam sempre “angariar simpatias dos cafeicultores para a causa da oposição, procurando mostrar que os governos do Estado e da Federação são grandes e eficientes conspiradores contra a grandeza econômica do Brasil” (Mota & Capelato, 1981, p. 37). Todavia, na historiografia oficial essas *Folhas* são tratadas como aventuras voltadas ao mercado consumidor de notícia.

Depois de compradas por Octaviano Alves, um poderoso oligarca do café, as *Folhas* ampliaram sua linha política, com radicalização anticomunista, intensificando a pauta agrária, influenciando o governo, reforçando o reacionarismo. (Mota & Capelato, 1981). Em 1945, Nabantino Ramos compra as *Folhas* e, para Abramo (1988, p. 25), Ramos era “testa de ferro” de Francisco Matarazzo, o mais poderoso empresário do país. Nabantino reduziu a pauta agrária, mas manteve a luta contra o comunismo e retomou as temáticas alinhadas aos interesses da alta burguesia industrial.

Apesar de jurar em suas páginas que se afastaria da política, as *Folhas* intensificam as pautas políticas. Na história da imprensa brasileira, o período de Nabantino é tido como o da transformação dos jornais em empresas, com a introdução de regras para os repórteres, “roteiro de trabalho para bem cumprir a missão” (Mota & Capelato, 1981, p. 104). Mas, para Taschner (1992, p. 71) as *Folhas* “deixam de ser porta-voz de um setor de classe específico para se tornarem a porta-voz da classe dominante em seu conjunto e

do modo de produção capitalista em uma versão não selvagem”.

Depois da junção em *Folha de S.Paulo*, em 1960, Octávio Frias e Carlos Caldeira, homens do mercado de capitais, compraram esse jornal em 1962. Estabeleceram amplos acordos políticos e econômicos com vários atores nacionais e internacionais, e levaram o jornal a “alcançar o estágio de um conglomerado da indústria da comunicação” (Taschner, 1992, p. 123). *A Folha* apoiou o Golpe Militar de 1964 e, com o fim desse regime, embarcou nas “Diretas Já” para se manter influente na política e buscar direcionar a abertura democrática nos anos 1980, de modo a garantir a pauta liberal.

Para Arbex Júnior, *a Folha* mergulhou na lógica do mercado, tendo por espelho empresas estadunidenses, deixando clara a “adoção do discurso-para-o-mercado como estratégia empresarial e editorial”. Esse autor diz que, aos olhos da sociedade, o jornal era a porta-voz da democracia, mas “internamente praticava uma política autoritária de rígido controle industrial e ideológico” (Arbex Júnior, 2002, p.144).

#### **4.2 Os caminhos de *O Globo***

*O Globo* foi fundado em 1925 por Irineu Marinho e se tornou a ponta de lança de um negócio multinacional de comunicação, resultando nas *Organizações Globo*, um dos grupos de mídia que busca exercer influência política e econômica no país. Apesar de vários esforços críticos, também o percurso histórico desse jornal tem uma narrativa de forte teor oficial. De saída, há uma camada invisível sobre os primeiros passos de Marinho para lançar *O Globo*. Sabe-se apenas que o jornal nasceu forte, com grande equipe e tiragem superior aos 33 mil exemplares diários.

Para Sérgio Mattos (2005), não há dúvidas de que Irineu recebeu significativas contribuições financeiras de empresários e de políticos para montar e sustentar *O Globo*, mas nunca se descobriu quem foram eles. Dias depois do lançamento, Irineu morre e o vespertino foi assumido por diretores financeiros e administrativos (Mattos, 2005).

Desde as primeiras edições, *O Globo* revelou a vocação de transformar o jornalismo em uma cartilha política e moral que cobrava o progresso, urbanização, limpeza social das cidades, festejava e protegia a iniciativa privada, a industrialização, o livre mercado. Os Estados Unidos eram o parâmetro. Mattos diz que, sobre *O Globo*, nunca se teve

dúvidas sobre sua filiação a interesses capitalistas, estando estampadas em suas páginas as defesas liberais, a campanha pela limitação do Estado, a liberdade irrestrita ao capital, o permanente combate a toda iniciativa que atrapalhasse os setores privados.

Em 1931, Roberto Marinho, filho de Irineu, assumiu *O Globo* e essa linha política foi reforçada e ampliada, buscando consolidar-se como ator político e social influente na vida nacional. Há uma ação “virulenta anticomunista, condenando a Intentona Comunista de 1935 e exigindo severa repressão contra os subversivos” (Mattos, 2005, p. 268). Lembra esse autor a grande amizade entre Roberto Marinho e os comandantes do Exército, contato intensificado ao longo dos anos e que resultou no crescimento econômico e na influência política de *O Globo*.

Em 1944, Roberto Marinho ganhou a concessão da *Rádio Globo*, graças aos “bons serviços” prestados aos políticos da União Democrática Nacional (UDN) e a outros políticos alinhados aos interesses do capital nacional e multinacional (Mattos, 2005). A UDN era o porta-voz de banqueiros e das grandes empresas no Congresso. Em outras palavras, não há dúvida sobre qual lado político, social e cultural sempre esteve esse jornal, e quais valores e interesses lhe moviam, e lhe movem.

Em 1961, *O Globo* começa a ser vendido em quase todo país, ampliando as suas formas de pressão e de influência. O jornal, a rádio e a televisão fizeram parte da “Rede da Democracia”, formada por organizações de mídia, partidos políticos, parte da Igreja Católica e empresas nacionais e internacionais. O objetivo era insuflar e defender o uso das forças armadas para não permitir que João Goulart, vice-presidente da República, assumisse em razão da renúncia de Jânio Quadros. Goulart era acusado de proximidade com comunistas e sindicatos de trabalhadores.

*O Globo* teve papel destacado no Golpe de 1964 e na ditadura. Era um dos seus porta-vozes. Na edição de 31 de março, trazia: “Graças à decisão e heroísmo das Forças Armadas, o Brasil livrou-se do governo irresponsável, que insistia em arrastá-lo a rumos contrários à sua vocação e tradições”. Para *O Globo*, com a ditadura, os brasileiros estavam “salvos da comunização que celeremente se preparava”. Sai o AI-5, o Congresso é fechado, aumentam as prisões e mortes, e o jornal festejava o regime, o “milagre econômico”, o “Brasil que vai para frente”, o “povo pacífico e ordeiro”.

Diversas associações das classes dominantes voltaram-se para a desestabilização e derrubada do Governo Goulart. Nesta frente, participaram os principais órgãos de imprensa, como O Globo, Jornal do Brasil, O Estado de S. Paulo e Folha de S. Paulo, partidos políticos conservadores, como a UDN, setores da igreja Católica, grupos militares sob orientação da doutrina de Segurança Nacional, com destaque à Escola Superior de Guerra (ESG), e associações empresariais diversas, como a Confederação das Classes Produtoras (Conclap). Grupos ligados às multinacionais – fortalecidos a partir da segunda metade dos anos 50 com a maior abertura ao capital estrangeiro – organizaram o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (complexo IPES/IBAD), que coordenou uma enorme campanha política, ideológica e militar contra o governo Goulart (Arêas, 2012, p. 64-65).

Esse jornal tem grande importância porque nele se imprimem os fundamentos que orientam o jornalismo para os demais produtos das Organizações Globo. O jornal é a referência, com indicações e ensinamentos morais, identitários, políticos e econômicos para jornalistas, colaboradores e, para a população/leitores/espectadores. Qualquer iniciativa contrária à livre circulação do capital, que limite a iniciativa privada é combatida com ampla força, como “atrasada”, “antidemocrática”, “censura” (Arêas, 2012).

*O Globo* é um histórico impresso de uma organização de mídia que age como se fosse um partido político não-institucional, mas com forças suficientes para, junto com outros atores, tentar influenciar em decisões econômicas, jurídicas e políticas. *O Globo* é um produto em meio a um conglomerado de mídias e de outros negócios de uma mesma organização. Entretanto, *O Globo* é o porta-voz mais nítido, mais tradicional, por sua história, do que pensam, querem e agem os donos dessa rede, ou seja, ele é um direcionador ideológico para os demais produtos e para uma parte da sociedade (Bolaño & Brittos, 2005). Entretanto, como já avaliamos anteriormente, reconhecer a força estrutural de *O Globo* não implica ceder ao midiacentrismo e desconsiderar que a proposta de jornalismo construída por essa rede está em jogo no espaço da experiência. O poder empresarial desse jornal tem influência significativa no regime de visibilização que propõe, mas ele sozinho não explica as relações que podem ser estabelecidas quando da mobilização para esse regime de crenças e imaginários.

Parece ser temerário não levar em consideração nas pesquisas de jornalismo e que envolvem processos, conteúdos, discursos, produtos das *Organizações Globo*, que esse grupo age como se fosse partido político, junto a outros atores, para tentar influenciar

em decisões econômicas, jurídicas, políticas, sociais, eleitorais. *O Globo* é um porta-voz tradicional, por sua história, do que pensa e o que quer a elite nacional; é um direcionador ideológico para uma parte da sociedade.

## **5. A história das organizações dos media: um caminho incontornável para enxergar**

Nosso percurso objetivou ressaltar a impossibilidade de reproduzir nas pesquisas, sem qualquer avaliação crítica, a ideia de “jornalismo de referência”. Ora, considerar essa expressão é convocar as histórias das organizações que se propõem ao jornalismo. O problema é que o cuidado com a história é pouco observado. Algumas vezes, ela entra nas narrativas apenas como adereço e, nesse caso, a historiografia utilizada é sempre a oficial, produzida com a ajuda direta das próprias empresas de mídia.

Pesquisas que tenham como objetos os jornais tradicionais, por exemplo, *Folha de S.Paulo* e *O Globo*, e que aqui trouxemos alguns rastros de suas trajetórias, precisam levar em conta suas histórias não plenamente visíveis. Ou seja, a busca do pesquisador sobre as propostas de sentidos expressas nesses periódicos não deve se limitar em manchas gráficas, aos processos verbo-visuais expressos, mas alcançar os rastros das historicidades que carregaram essas empresas.

*Folha de S.Paulo*, *O Globo* e outros “jornais de referência” são elementos muito mais complexos do que as materialidades que os constituem, isto é, não são meras peças informativas e auto-explicativas, mas propostas de uma experiência social persuasiva que estão fundadas historicamente, como alianças econômicas, políticas, culturais. É essa raiz, em permanente construção e reforço, que não pode ser desprezada, ou talvez mais grave ainda, não deveria ser confirmada como uma referencialidade fantástica.

Destacamos a “era da modernização” do jornalismo brasileiro, a partir dos anos 1950, como divisor de águas na historiografia sobre o jornalismo brasileiro. Esse é um período de ênfase no empreendedorismo, nos feitos de heroísmo dos proprietários, na introdução das técnicas que transformou o jornalismo velho, atrasado, artesanal em profissional, objetivo, informativo e moderno. Entretanto, essa modernização é encenada, o “novo” produziu um regime de visibilização disciplinar, autoritário, com enfeites técnicos e expressões importadas, para reforçar os mesmos e antigos interesses da elite, e que

vinham da Casa Grande, do Brasil Colônia.

Os jornais, tidos como de referência são atores políticos influentes por conta de serem potentes mobilizadores sociais e vozes propositivas dos valores capitalistas globais. Eles atuam como grandes empresas de lobby político, econômico e cultural; são negócios, assim como bancos e outras empresas, com atuação direta no mercado financeiro nacional e internacional. Eles estão envolvidos no agronegócio, nas indústrias, nas tecnologias e serviços. Muitas empresas de jornalismo têm participações em conglomerados de telecomunicações internacionais, realizam parcerias com empresas de comunicação que, em tese, seriam suas concorrentes, mas estão alinhadas na mesma classe.

Sugerimos ser temerário dedicar-se de modo aprofundado sobre objetos jornalísticos sem cogitar como um elemento de sustentação as histórias das organizações produtoras dos produtos, dos conteúdos, dos discursos, dos processos. A análise crítica das trajetórias desses meios é um caminho incontornável que os próprios objetos exigem.

#### Nota

1. Este artigo é parte de uma apresentação feita pelo autor no 16º Encontro Nacional da Sociedade Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo, em novembro de 2018, São Paulo.

**Referências bibliográficas**

Abramo, C. (1988) **A regra do Jogo**. São Paulo: Companhia da Letras.

Albuquerque, A. de. (2008). Aconteceu num Carnaval: algumas observações sobre o mito de origem do jornalismo brasileiro moderno. **Revista Eco-Pós**, UFRJ, v. 11, n, 2, ago./dez, p. 95-116. Disponível em <<https://goo.gl/6G4Yd7>>. Acesso em 22 mai. 2016.

Albuquerque, A. de. (2010). A modernização autoritária do jornalismo brasileiro. **Revista Alceu**, PUC/RJ, v. 10, n. 20, jan./jun, p. 100-115, 2010. Disponível em [http://revistaalceu.com.puc-rio.br/media/Alceu20\\_Albuquerque.pdf](http://revistaalceu.com.puc-rio.br/media/Alceu20_Albuquerque.pdf). Acesso em 17 dez. 2016.

Arêas, J. B. (2012). Batalhas de O Globo (1989-2002): O neoliberalismo em questão. **Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História**. UFF. Niterói/RJ.

Abex Júnior, J. (2002). **Showrnlismo: a notícia como espetáculo**. São Paulo: Casa Amarela.

Bolaño, Cesar & Brittos, Valério (Orgs.). (2005). **Rede Globo: 40 anos de hegemonia e poder**. São Paulo: Paulus.

Jácome, P. (2017). **O jornalismo como singular coletivo: reflexões sobre a historicidade de um fenômeno moderno**. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação. UFMG. Belo Horizonte.

Landowski, E. (1992). **A Sociedade Refletida**. São Paulo: Pontes.

Manna, N. (2016). **Jornalismo e o espírito intempestivo: fantasmas na mediação jornalística da história, na história**. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação. UFMG. Belo Horizonte.

Mattos, S. (2005). **As Organizações Globo na mídia impressa**. In: Bolaño, C. & Brittos, V. (Orgs.). Rede Globo: 40 anos de hegemonia e poder. São Paulo: Paulus.

Miguel, L. F. (2002). **Os meios de comunicação e a prática política**. Lua Nova, São Paulo, n. 55-56, p. 155-184.

Mota, C. G. & Capelato, M. H. (1981). **História da Folha de São Paulo 1921-1981**. São Paulo: Impres.

Patterson, T. E. (2000). **Serão os media noticiosos actores políticos eficazes? In: Revista de Comunicação e Linguagens**. Lisboa: Relógio D' Água Editores.

Schudson. M. (2010). **Descobrimo a notícia: uma história social dos jornais nos Estados Unidos**. Petrópolis, RJ: Vozes.

Sousa, J. P. (2006). **Elementos de Teoria e Pesquisa da Comunicação e dos Media**. Porto: Edições Universidade Fernando Pessoa, 2ª edição revista e ampliada.

Taschner, G. (1992). **Folhas ao vento**. Análise de um conglomerado jornalístico no Brasil. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra.



O trabalho NAUS – **Revista Lusófona de Estudos Culturais e Comunicacionais** está licenciado com uma Licença [Creative Commons - Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/).

**Marco Paulo e companhia**Marco Paulo *and company*

Maria Helena Martins Inês Garvão<sup>1</sup>;

<sup>1</sup>E-mail: helena.garvao@gmail.com

Faculdade de Letras de Lisboa.

**Resumo:** A compilação Marco Paulo, impressa por Valentim Fernandes em 1502, reúne três textos que constituem testemunhos de viajantes medievais pelas Índias orientais: o Livro de Marco Polo (versão original de ca. 1298); o livro de Nicolao Veneto cujo testemunho Poggio Bracciolini relata no livro IV da sua obra *De varietate fortunae* (ca. 1445), encerrando ainda com a carta de 1492 de Jerónimo de Santo Estevão, outro mercador italiano.

No presente artigo, falarei sobre os dois primeiros textos referidos, procurando questionar-me porque terá querido Valentim Fernandes incluir numa mesma compilação estes dois testemunhos que distam cronologicamente quase dois séculos.

**Palavras-chave:** Polo, Marco (1254-1323?); Fernandes, Valentim (1450-1519); Literatura de viagens portuguesa – século XVI; Imprensa – Portugal – séculos XV-XVI; Viagens – século XIII.

**Abstract:** *The compilation Marco Paulo, printed by Valentim Fernandes in 1502, brings together three texts which constitute testimonies of medieval travelers in the East Indies: the book of Marco Polo (original version of ca. 1298); the book of Nicolao Veneto whose testimony Poggio Bracciolini reports in the book IV of his work De varietate fortunae (ca. 1445), ending with the Jeronimo de Santo Stefano's letter (1492), another Italian merchant.*

*In this article, I'll discuss the first two texts referred to, looking for the reason why Valentim Fernandes decided to include in the same work these two testimonies which are chronologically distant nearly two centuries.*

**Keywords:** *Polo, Marco (1254-1323?); Fernandes, Valentim (1450-1519); Portuguese Travel Literature – XVIth century; Press – Portugal – XVth-XVIth centuries; Travels – XIIIth century.*

«As descrições das cidades visitadas por Marco Polo tinham este dom: podia andar-se por elas com o pensamento, nelas podia perder-se, parar a apanhar fresco, ou fugir a correr. Com o passar do tempo, nos relatos de Marco as palavras foram substituindo os objectos e os gestos: primeiro exclamações, nomes isolados, áridos verbos, depois pedaços de frase, discursos ramificados e frondosos, metáforas e hipérbolos».

Italo Calvino, *As Cidades Invisíveis* (1990: 41)

A compilação *Marco Paulo*, impressa por Valentim Fernandes em 1502, reúne três textos que constituem testemunhos de viajantes medievais pelas Índias orientais: o texto propriamente chamado de *Marco Paulo*; o chamado *Liuro de Nicolao Veneto* e uma carta de 1492 de Jerónimo de Santo Estevão, outro mercador italiano.

O livro *Marco Paulo* constitui a versão portuguesa feita a partir da versão latina trecentista de Francesco Pipino, frade dominicano bolonhês, e também, como vim a provar, de uma versão veneziana; os outros dois textos terão sido traduzidos pelo próprio impressor.

No presente artigo, irei debruçar-me sobre os dois primeiros textos referidos, isto é, o célebre livro de Marco Polo que já constava na biblioteca do rei D. Duarte (“*Marco paulo latim e lingoaJem em huû Volume*”) e o livro de Niccolò di Conti (ou Nicolao Veneto). Quanto ao livro de Marco Polo, foi escrito não pelo viajante veneziano mas por Rustichello de Pisa, um seu companheiro de cela, enquanto prisioneiros pelos genoveses em 1298, no combate naval de Curzola. A obra retrata as relações económicas entre o Oriente mongol e o Ocidente cristão no último quartel do século XIII, mostrando que tanto viajavam mercadorias como homens, sendo Marco Polo (1254-1324) um testemunho único, dada a sua experiência singular na Ásia. Segundo Luis Albuquerque, até ao século XVI, «Polo seria a principal fonte em que beberiam todos os curiosos de conhecer a vida e os hábitos da corte do cã mongol; e aí havia de se instruir também Cristóvão Colombo, quando preparava o audacioso plano que o levou às Antilhas».

Quanto ao segundo texto, é relatado pelo veneziano Niccolò di Conti (ca.1395-1469), que empreendeu uma viagem entre 1419 e 1444 pelo Índico, num período de charneira entre duas épocas, a da abertura do Oriente aos viajantes ocidentais graças ao Império Mongol e a da chegada dos Portugueses à Índia e a sua conquista do mercado das especiarias no sudeste asiático. O humanista Poggio Bracciolini é o autor do livro de

Nicolao Veneto no livro IV da sua obra *De varietate fortunae* (ca. 1445), mostrando o seu interesse pelos conhecimentos geográficos, tentando esclarecer os textos antigos e dando a primazia a um testemunho directo, como é o daquele viajante veneziano por terras asiáticas.

Porque terá querido Valentim Fernandes incluir numa mesma compilação intitulada Marco Paulo estes dois testemunhos que distam cronologicamente quase dois séculos? Em primeiro lugar, apesar de a obra poliana ter constituído um sucesso de vendas medieval (e a prova são os cerca de 130 códices das suas diferentes versões), trata-se de uma narrativa que mistura história, relatos de viagem, aventura e fantasia. Em contrapartida, como diz Valentim Fernandes no seu prómio ao livro de Nicolao Veneto: «E nom pos mentiras nem marauilhas per elle fingidas mas ho çerto que ho outro vio e tocou. como pessoa a que saber virtude discreçam e verdade aconpanhauam. E me moueo de tralladar e ajuntar ho presente liuro ao de Marco paulo». As informações transmitidas por Nicolao Veneto ao secretário pontifício Poggio Bracciolini, que o terá interrogado quer perante um auditório de homens sábios, quer na sua própria casa, e tendo-o considerado um homem sério e bem informado, não lhe deu a impressão de inventar mas de contar a verdade.

Vejamos, então, quão semelhantes são os dois textos, no que respeita aos factos por ambos abordados, analisando comparativamente alguns passos.

O primeiro apresenta uma ordem descritiva precisa ao longo dos 77 fólios e quase 200 capítulos que compõem a obra, dividida em três livros: em primeiro lugar, as divisões de cada província e a toponímia das principais cidades e regiões visitadas; em seguida, os produtos que constituem a riqueza das regiões; e, finalmente, o elemento humano sob diferentes perspectivas, sobretudo no plano das crenças e costumes.

Por seu lado, a primeira parte do livro de Nicolao Veneto ocupa-se mais das aventuras da viagem do mercador, enquanto a segunda oferece o quadro dos costumes dos habitantes da Ásia, passando pelas suas crenças e práticas religiosas, e ainda aspectos da fauna e da flora, nomeadamente das plantas aromáticas. Se olharmos para a estrutura temática dos 17 fólios do livro de Veneto, verificamos que os temas já anteriormente abordados por Marco Polo ocupam de forma substancial o livro do viajante do século XV.

No que respeita às cidades asiáticas, a obra poliana segue um plano descritivo quase fixo: riqueza - grandiosidade - beleza da cidade, o rei que a governa, as raças que nela habitam, a religião aí praticada, o que aí se fabrica e se vende. Mas a beleza da sua natureza exterior não é objecto de consideração, o que também sucede no livro de Nicolao Veneto. Ambos valorizam a obra feita pelos homens e, da paisagem que rodeia a cidade, apenas são descritas a ponte por onde se entra nela, a muralha que a cerca, a beleza dos seus edifícios e, nalguns casos, as relíquias que a santificam.

Bagdad e Bassora são cidades mencionadas pelos dois viajantes, dada a sua importância como entrepostos para os portos do golfo Pérsico, onde se empilhavam as mercadorias da Índia e da China. Ambos destacam a cidade de Pequim e nela o que mais os impressiona é a grandiosidade do palácio do Gram Cã Cublay, sobretudo no que se refere à sua fortaleza e a todos os meios aí existentes para a sua defesa.

Adem, situada no actual Iémen, é uma cidade também mencionada pelos dois mercadores, dada a sua posição estratégica relativamente às rotas marítimas da época, pois quase todas as especiarias destinadas ao Magreb e à Europa passavam pelas suas alfândegas. Marco Polo sublinha o facto, enquanto Nicolao Veneto prefere falar apenas da beleza dos edifícios da cidade. Ainda a propósito de Adem, o primeiro faz ainda referência ao facto de que «Em esta prouincia de Adem preegou ho bemaumentado apostolo sam Thome. que muitos pouoos conuerteo a Christo. E despoys se passou ao regno de Maabar», onde S. Tomé terá sido sepultado, sendo ambos os autores coincidentes neste ponto. As posteriores conversões terão dado origem a um cristianismo asiático, daí que «os moradores della som christãos (...) os quaes som espalhados per toda a India assy como antre nos os Judeos», como explica Nicolao Veneto no seu livro, e também Marco Polo em diversas passagens da obra.

A ilha de Ceilão, correspondente ao actual Sri Lanka, é descrita pelos dois viajantes medievais, sendo as suas dimensões exageradas por ambos os autores, como acontecia já desde a Antiguidade e que se ia repercutindo nos progressos cartográficos, através das estimativas dos marinheiros. Marco Polo, procurando conciliar as descrições hiperbólicas de fontes antigas com as da experiência, caracteriza-a como sendo «hũa das melhores e mayores ylhas do mundo. que ha em derrador duas mill e quorenta milhas. Empero que em outro tempo ja fosse mayor. porque segundo he a fama comuã em aquellas partes. ho seu çerco abrangia tres mill e quinhentas milhas» (III, 22), e explica,

ainda nesse capítulo, todo dedicado a Ceilão, a razão do fenómeno, que conhecemos hoje por tsunami: «veeo huñ grande vento da parte do norte e assy fortemente per muytos annos com muy grande fortuna deu em a ylha. que muytos montes daçerca do mar cayrom em elle. e perdeose muyto da ylha. e os mares ocuparom os lugares da terra».

De resto, os dois venezianos destacam a sua riqueza em pedras preciosas. Na verdade, a ilha ocupava uma posição estratégica no comércio com o sul da Índia e com Malaca, sendo a sua riqueza em pedras preciosas mencionada e ambicionada desde a Antiguidade (ver ex. 2).

Ainda a propósito de ilhas, os dois venezianos mencionam a existência de ilhas masculinas e femininas, como lhes chama Marco Polo.

Tanto o livro deste como o de Nicolao Veneto sublinham ainda a existência de antropofagia em ilhas orientais perto de Ceilão. Em contrapartida, não deixam de apreciar o tipo de beleza da mulher oriental e o seu constante cuidado em satisfazer o homem, como refere Marco Polo (cf. ex. 3): «Alli eram guardadas molheres mançebas as mais fremosas do mundo» (I, 28) e Nicolao Veneto, em formulação mais circunstanciada: «E som muy prestes todallas molheres yndianas pera prouocar os homeês a luxuria». Este último observa ainda: «Em esta soo prouincia as molheres tomam quantos maridos querem. assi que alguñas dellas tem dez. e outras mais. pera comprir as suas vontades».

Também os rituais ligados à morte são mencionados longamente por ambos os autores. Assim, em comum, referem o facto de, no momento do falecimento de um parente, os indianos se cobrirem com sacos de papel pintados e tocarem instrumentos, como numa festa. Assim como os rituais funerários da cremação dos corpos, em que a viúva se lança ao fogo em que arde o marido, descritos em diferentes localidades, não os deixam de todo indiferentes.

O hábito da tatuagem dos corpos é visto igualmente com muita estranheza pelos viajantes, por se tratarem de pinturas coloridas que nunca mais saem, feitas por agulhas, segundo Polo, ou punções de ferro, segundo Veneto.

Por outro lado, um dos povos por quem ambos nutrem especial admiração é o dos Brâmanes, considerados bons pagãos e diferentes de todos os outros, reunindo uma série de capacidades e de qualidades dignas de registo, sendo algumas delas extraordinárias (vide ex. 4): são dados à meditação e às artes, são videntes e feiticeiros e, como refere N. Veneto, «som de honesta e sancta vida. e de muy boõs costumes», que Marco justifica por serem sinceros, castos, monogâmicos. Além disso, diz ele: «Elles se guardam muy bem de roubar e de leuar nenhuã cousa alhea. Elles nom bebem vinho. nem comem carne alguã. nem matam alimaria alguã». Ou seja, apesar da sua religião idólatra, cumprem, como afirma José Horta, regras de vida conformes aos valores cristãos.

Também é digno da admiração e de registo da parte de ambos a existência do papel-moeda no império mongol, bem mais desenvolvida e pormenorizada por Marco Polo, dada a sua prolongada estadia na China.

Embora não haja qualquer menção à beleza da natureza ou das paisagens que atravessavam, admiram-se com elementos da flora e da fauna exóticas, por lhes serem completamente desconhecidas.

Quanto à flora, é o caso das canas de bambu cuja dimensão em altura e diâmetro, bem como as suas diferentes aplicações, é salientada pelos dois autores. Também a existência de madeiras odoríferas como o linoaloés é digna de nota. Assim como a inexistência de vinho lhes desperta a atenção, e a sua substituição por outras bebidas feitas de cereais, nomeadamente de arroz.

No que respeita à fauna, salientam ter visto animais estranhíssimos que nos são hoje familiares, embora na altura fossem descritos como espécimes de difícil classificação, que ambos tentam identificar e nomear a partir da sua experiência como europeus. É o caso dos crocodilos, descritos como serpentes com pernas, rabo longo e cabeça grande. Mas a descrição mais curiosa é, sem dúvida, a do rinoceronte (vide ex. 5). Com efeito, em Java a menor, ou seja, Samatra, Marco Polo depara-se com um animal nunca visto. A partir das características do unicórnio e do porco montês, tenta estabelecer relações e, por aproximação, classifica o novo animal a partir das referências existentes. Mas terá verificado que a classificação feita não era a mais apropriada. Nicolao Veneto não lhe chama unicórnio mas alicórnio (forma protética de “licórnio” ou analogia zoomórfica e

lexical com “alifante”?), com o qual o compara, mas também ao elefante: «e na fronte tem huñ soo corno como o alicornio. porem mais corto e tem huñ couado em longo. tem a coor e grandura dalifante». Acrescenta à descrição poliana os poderes terapêuticos do corno do rinoceronte, cuja crença ainda subsiste no Oriente.

Na verdade, tudo o que é contado pelos autores venezianos toma sempre como referente ou como modelo o que conheciam na sua cultura e, por aproximação, classificam o novo a partir de referências existentes. Assim, mesmo as cidades mais remotas na sua vida e costumes são sempre comparáveis a Veneza, tal como a fauna e a flora das mais recônditas regiões às suas congêneres europeias.

É ainda relevante que ambos constatem a impossibilidade de ver as estrelas do hemisfério norte em terras orientais, nomeadamente a estrela Polar.

Por último, os dois viajantes contam como, num reino da China, os caçadores de diamantes utilizavam o método de subir a montes altos e perigosos, atirando carne para as aves de rapina, no intuito de que, ao apanhá-la, deixassem cair as preciosas pedras que eventualmente viessem a ela agarradas. Trata-se de uma lenda difundida pelos mercadores árabes que terá sido contada aos dois viajantes, a qual, segundo Guéret-Laferté, é narrada nas Mil e uma Noites, na «Segunda Viagem de Sindbad».

Albuquerque faz notar que aquele livro «oriundo da Pérsia, forneceu o material para os «Mirabilia» e ajudou os desenhadores de muitos planisférios medievais a embelezar os seus mapas». Paul Zumthor corrobora esta leitura dizendo que quer as legendas épicas, quer as monstruosidades das partes desconhecidas da Terra (e a Ásia é a zona do estranho por excelência) produzem uma literatura abundante e frequentemente ilustrada, e os viajantes captam muitas vezes a realidade através do mito. Assim, Rustichello de Pisa terá reintroduzido no texto alguns detalhes maravilhosos para, paradoxalmente, dar um efeito de maior verosimilhança. Acrescentando-lhe um tom de autenticidade, torna-o, assim, mais credível, uma vez que era tradição a inclusão de elementos fantásticos em obras que se inseriam no âmbito da chamada literatura de viagens.

Como se verifica pelos exemplos colhidos nos livros dos dois autores, poder-se-á dizer que Nicolao Veneto descreve de forma muito mais sintética os factos já detalhadamente relatados por Marco Polo, não recusando, porém, o maravilhoso que ainda aparece,

embora em muito menor escala.

Em síntese, podemos concluir que são óbvias as semelhanças entre as informações prestadas pelos dois venezianos, assim como significativo é o número de observações de sentido comum aos dois textos, apesar de estarem separados por quase dois séculos. E, como ficou demonstrado, não se trata de um caso de influência exercida por um relator sobre o outro. Valentim Fernandes terá incluído o livro de Nicolao Veneto na compilação, com a intenção de apoiar a veracidade, verosimilhança ou credibilidade da obra poliana por meio deste.

Além disso, é sabido que não eram raras na Europa as compilações miscelâneas reunindo textos que apresentavam alguma semelhança entre si. Porém, como verificou Luigi Foscolo Benedetto, que efectuou a primeira recensão sistemática do conjunto de testemunhos do livro de Marco Polo na introdução da sua primeira edição integral do texto franco-italiano, na maior parte das colectâneas onde se encontra o texto do viajante veneziano, este não só aparece normalmente no seu início, como também aparece, em muitos casos, no seu título.

De entre as miscelâneas com o livro de Marco Polo que Benedetto inventariou, destacamos propositadamente o manuscrito Vat. lat. 7317 da Biblioteca Vaticana que Benedetto descreve como uma «vasta raccolta miscellanea dovuta a mani diverse, destinata principalmente a radunare i materiali storici, religiosi e geografici (...)», acrescentando que a mesma inclui «il Liber Machometi e l'Epistola di Prete Gianni, il testo pipiniano del Polo». Diz que a obra foi terminada em 1458, sublinhando uma nota que nela se inclui e que também aparece num manuscrito parisiense.

Tal como este frade italiano, o impressor de Marco Paulo terá igualmente ratificado a obra poliana através da relação que quis estabelecer com o testemunho de Nicolao Veneto, ao incluí-los numa mesma compilação.

Poderia dar-se vários exemplos, entre as miscelâneas de manuscritos da Europa, sobretudo do século XV, que o autor italiano enumera de modo exaustivo. Há, no entanto, muitos casos em que a obra poliana foi manuscrita isoladamente. Mas analisando apenas as compilações que incluem a versão pipiniana do livro de Marco Polo, verifica-se que as obras que a acompanham não apresentam frequentemente

grande afinidade temática, cronológica, histórica ou geográfica. Assim, podem juntar-se-lhe autores tão díspares como Mandeville, Poggio Bracciolini, Petrarca, autores clássicos latinos, ou textos sem qualquer afinidade cronológica que vão da história de Alexandre Magno à epístola de Preste João.

Resta salientar o contexto histórico em que é publicada a compilação Marco Paulo, ou seja, seis dias antes da segunda viagem de Vasco da Gama à Índia. Se o navegador a levou consigo, como dizem alguns autores como, por exemplo, António Dias Farinha (2005), talvez por analogia com Colombo, que leu e anotou o texto poliano antes de empreender a sua viagem, não o pude documentar. E sobretudo, do ponto de vista tipográfico, é fundamental referir que se trata de uma das primeiras obras impressas em português em Portugal e com privilégio real.

Referências textuais

Exemplos	LIVRO DE MARCO POLO	LIVRO DE NICOLAO VENETO
(1)	«E ha em esta prouincia muytos judeos. que com ho ferro queente som signados em ambas as queixadas. Ho mayor Rey e os outros reys christãos viuem dentro na prouincia. mas os mouros moram em os regnos dos extremos da prouincia contra a prouincia de Adem. Em esta prouincia de Adem preegou ho bemaumentado apostolo sam Thome. que muitos pouos conuerteo a Christo. E despoys se passou ao regno de Maabar. onde despoys que muytos conuerteo foy de martyrio coroadado. E alli he sepultado ho seu sancto corpo segundo em çima he ja dito.» (III, 43)	«Dally em diante se foy ho dito Nycolao a huã çidade de mill vezinhos chamada Malpuria que jaz em a costa do mar no segundo alem do ryo Indo. onde ho corpo de sancto Thome apostolo honrradamente foy sepultado em hũa ygreja grande e muy fremosa. E ally os moradores della som christãos chamados Nestorinos. os quaes som espalhados per toda a India assy como antre nos os Judeos. E toda esta prouincia he chamada Mahabar.»
(2)	«e he achada a ylha de Seylam que he hũa das melhores e mayores ylhas do mundo. que ha em derrador duas mill e quorenta milhas. (...) Em esta ylha som achadas pedras preçiosas a que chamam rubijs. que nom ha em outras terras. Ha hy outrosy muytas saphiras e topazeos e muytas amatistas. e outras muytas pedras preçiosas.» (III,22)	«No meo deste syno ou enseada he a muy nobre ylha Seylam. a qual tem tres mil milhas em redondeza. Em a qual se acham cauando rubijs. çaffiras. granadas e aquellas pedras a que chamam olhos de gato. Em ella naçe canella em grande auondança.»
(3)	«Em esta çidade cada huñ ydolatra pode auer .xxx. molheres ou mais. e isto se seus beës podem soportar.» (I, 49)	«Cada huñ daquelles homês quantas molheres quer toma pera comprir sua vontade (...) Em esta soo prouincia as molheres tomam quantos maridos querem. assi que algũas dellas tem dez. e outras mais. pera comprir as suas vontades.»
(4)	«onde viuem os Bramanos. os quaes muyto auorreçem a mentira. que por cousa que fosse nom diriam mentira. Som outrosy muyto castos. e cada huñ se contenta de sua propria molher. Elles se guardam muy bem de roubar e de leuar nenhũa cousa alhea. Elles nom bebem vinho. nem comem carne algũa. nem	«Per toda a India ha hy huñ linhagem de filosofos chamados Bramanos. e todos som dados aa arte de astronomia. e estudam muyto pera saberem dizer as cousas que som por vijr. E som de honesta e sancta vida. e de muy boõs costumes. (...)»

	matam alimaria algũa. Som ydoltras. e seguem os agoyros. Quando querem algũa cousa auer ou comprar. primeiramente consijram a sua propria sombra no sol. e segundo as regras do seu error lhes dizem. assy proçedem em aquella mercadoria. Som muyto escassos no comer. e fazem grandes abstinências. som saãos muyto. (...)» (III,30) «Trazem consigo os mercadores feytiçeyros que os encantam. a que chamam Bramanos. (...)» (III,23)	«E se dam muito aa feytiçeira. assy que fazem vjlr tempestades no aar quando querem. e as fazem hir ou tornar. (...)»
(5)	«Os vnicornios tem cabellos assy como bufaros. e os pees a semelhança de alifantes. e a cabeça como de porco montes. e sempre ha traz baixa pera terra. folgua muyto no lodo assy como porco. e he alimaria muyto çuja. E em meo da frente tem huũ corno muyto grosso. e a lingoa tem espinhosa chea de mujtos espinhos e grossos. Com sua lingua fere muyto as outras alimarias e aynda os homês.» (III,15)	«Ha tambem em a dita terra hũa alimaria a qual tem a cabeça semelhante de porco. e ho rabo de boy. e na frente tem huũ soo corno como o alicornio. porem mais corto e tem huũ couado em longo. tem a coor e grandura dalifante. com os quaes sempre tem guerra. E porque com aquelle corno saaram toda cousa poçonhosa. por ysso he auido em grande honrra.»

### Estrutura temática do Livro de Nicolao Veneto (fólios 78 - 95 da obra *Marco Paulo*)<sup>27</sup>

Fólios 78r-79r: Proémio de Poggio Bracciolini.

Fóls. 79v-80r: Prólogo ao livro por Poggio Bracciolini.

Fól. 80r: **I** – partida de Veneza e relato de episódio junto ao rio Eufrates; **Baldach** (descrição de Bagdad);

Fól. 80v: **Balsera** (Bassora); Ormesa; Combaya: **cremação conjunta da viúva e do marido; gengibre;**

Fól. 81r: Byzneguer: **poligamia e cremação; Mahabar: S. Tomé; cristãos nestorianos;**

Fól. 81v: **aljôfar;** folhas de árvore multifuncionais; **Ceilão: pedras preciosas; canela; Brâmanes;** Andamania (Sumatra);

Fól. 82r: **Antropofagia; pimenta;** cânfora; **ouro; cabeças cortadas** como tesouro;

Fól. 82v: **Elefantes; Ganges: canas de bambu; ouro; prata; aljôfar; linoaloés;**

Fól. 83r: Ava: o prazer sexual feminino; os elefantes e o cio;

Fól. 83v: **Elefantes; tatuagens;**

Fól. 84r: **Folhas de árvore em lugar de papel; hábitos alimentares; o alicórnio (rinoceronte); os bois;**

Fól. 84v: Cathayo (**China**); **descrição de Pequim;** Neptay; **porto de Zeitom; inexistência de vinho; frutos;**

Fól. 85r: **Java (2 ilhas): moradores e alimentação; punição dos devedores; poligamia;** jogo dos galos;

Fól. 85v: Badam (Molucas): **papagaios;** Partida para Cyampa (**Vietname**): **cobras; crocodilos;**

Fól. 86r: Cobras venenosas; esquilos voadores; árvores de fruto: a manga;

Fól. 86v: Lenda de pescadores; Calecute: **especiarias;** poligamia (feminina): marcação das portas; Combaya: riquezas; fauna; os Bachalos: sacerdotes monogâmicos;

Fól. 87r: Secutera: cristãos nestorianos; **ilhas masculinas e femininas;** Adem; Cairo;

regresso a Veneza.

Fól. 87v: **II – A Índia:** o rio Ganges; **hábitos dos habitantes; inexistência de vinho;**

Fól. 88r: Hábitos alimentares; *características físicas; vestuário;*

Fól. 88v: Penteados femininos; **poligamia; cerimónias funerárias; cremação dos corpos;**

Fól. 89r: **cremação; rituais fúnebres;**

Fól. 89v: **rituais fúnebres; os Brâmanes;**

Fól. 90r: Lenda árabe; **as estrelas do sul; descrição das embarcações;**

Fól. 90v: **os ídolos;** práticas religiosas hindus (o banho no rio Ganges; as festas religiosas);

Fól. 91r: Práticas religiosas hindus (festas religiosas);

Fól. 91v: Hábitos alimentares; **lenda árabe dos caçadores de diamantes;**

Fól. 92r: O calendário hindu; **a moeda e o papel-moeda;** hábitos guerreiros; a utilização de folhas de árvore como papel; hábitos de justiça;

Fól. 92v: Aspectos demográficos; **Java a maior;** árvore lendária;

Fól. 93r: Ave lendária (fénix); a abundância de peixes em Ceilão. Considerações de Poggio Bracciolini: **cristãos nestorinos na China;** as igrejas nestorianas;

Fól. 93v: **O imperador Gram Cã;** os viajantes-intérpretes: a curiosidade pela Etiópia e pela nascente do rio Nilo;

Fól. 94r: O Nilo: condições climáticas e qualidades da água; a Etiópia: a flora; a cerveja;

Fól. 94v: Riquezas; hábitos alimentares; longevidade da vida; costumes;

Fól. 95r: Fauna: os bois; **o rinoceronte;** outros animais;

Fól. 95v: A girafa; a avestruz.

## Notas de rodapé

<sup>1</sup> Vide FAVIER (1968 : 81) : «É em 1271 que, tomando pela segunda vez a rota da China, os seus tios, os venezianos Niccoló e Matteo Polo, o levaram com eles. Quatro anos de viagem através da Ásia, quinze anos de trabalho ao serviço de Kubilay, nos escritórios da administração financeira e, depois, como intérprete de missões diplomáticas no Sudeste asiático, particularmente em Ceilão, deram a Marco Polo essa rica visão do mundo e dos povos que confere o excepcional interesse ao *Livro das Maravilhas*».

<sup>2</sup> Cf. ALBUQUERQUE (2001 : 130).

<sup>3</sup> Cf. GUÉRET-LAFERTÉ (2004: 55).

<sup>4</sup> Os testemunhos nas línguas franco-italiana, francesa e toscana foram recolhidos de Benedetto (1928). Os da língua veneziana foram fornecidos por Benedetto (1928) e confirmados por Barbieri e Andreose (1999). Os testemunhos em língua latina foram recolhidos de Dutschke, Consuelo Wager (1993) *Francesco Pipino and the manuscripts of Marco Polo's Travels*, Los Angeles: University of California. Os testemunhos em língua portuguesa foram recolhidos da BITAGAP (Austin e Sharrer).

<sup>5</sup> Cf. GUÉRET-LAFERTÉ (2004: 78). É o que diz o próprio Poggio no início da primeira parte do seu livro: «Hunc ego audiendi cupidus (multa enim ab eo iam dicta praesenseram cognitione digna), et in doctissimorum uirorum coetu, et domi meae percunctatus sum diligenter plurima, quae operae pretium uisum est, ut memoriae et litteris traderentur (...) scite grauitate disseruit, ut non fingere, sed uera referre appareret».

<sup>6</sup> Cf. HORTA (2004: 123).

<sup>7</sup> Cf. ZUMTHOR (1993: 115).

<sup>8</sup> *Ibidem*: (1993:111).

<sup>9</sup> Cf. GUÉRET-LAFERTÉ (2004: 81, nota 10).

<sup>10</sup> Os topónimos para designar a cidade são Cambalu (em M. Polo) e Cambaleschia (em N. Veneto).

<sup>11</sup> Cf. GUÉRET-LAFERTÉ (2004: 131, nota 129).

<sup>12</sup> Veja-se, de ora em diante, no ANEXO, os exemplos dos textos seleccionados dos dois autores para a sua análise comparativa. Sobre estas cidades, vide exemplo 1.

<sup>13</sup> Cf. GUÉRET-LAFERTÉ (2004: 92, nota 37).

<sup>14</sup> *Ibidem* (2004: 92, nota 38). «Aquellas pedras a que chamam olhos de gato» de que fala Nicolao Veneto são uma variedade cristalina de crisoberilo dotado de opalescência.

<sup>15</sup> *Ibidem* (2004: 131, nota 128): «ces deux îles « mâle » et « femelle » sont mentionnées par un grand nombre de voyageurs (...) cette légende constitue une ramification du mythe des Amazones, repris en particulier au Moyen Âge par le *Roman d'Alexandre*».

<sup>16</sup> Com efeito, é o estranho que dá medida do afastamento e é esta diferença do Outro que provoca a admiração do viajante medieval. O que ele vê e regista é a diferença, não a semelhança: «l'extraordinaire, le surprenant, souvent le haïssable, dimensions d'un espace inimaginable. Instinctivement, il redoute la ressemblance; il a peur d'être comme l'autre, d'être l'autre» [cf. ZUMTHOR (1993: 261)].

<sup>17</sup> Cf. HORTA (2004: 131).

<sup>18</sup> Cf. GUÉRET-LAFERTÉ (2004: 158, nota 168). Segundo este autor, esta prática aparece no fim do século IX e tem pleno desenvolvimento no século XIII. A este propósito, veja-se o que dizem também FEBVRE e MARTIN (2000 : 99): «O próprio Marco Pólo, habitualmente tão atraído por todas as coisas, maravilha-se com as notas de banco em uso na China, mas não se apercebe que são impressas por meio de pranchas gravadas. Assim, pois, as possibilidades dessa técnica, que devia revelar-se capital para o desenvolvimento da Humanidade, parece terem escapado ao espírito de observação de numerosos viajantes, ou, pelo menos, nenhum achou por bem consigná-las por escrito».

<sup>19</sup> MARILDA LOPES GINEZ DE LARA, “O Unicórnio (o Rinoceronte, o Ornitorrinco ...), a Análise Documentária e a Linguagem Documentária”, p. 2: [http://www.dgz.org.br/dez01/Art\\_03.htm](http://www.dgz.org.br/dez01/Art_03.htm)

<sup>20</sup> Em 1515, é publicada uma obra que marcou o percurso de Valentim Fernandes. Trata-se de

uma carta que o alemão enviou a um familiar. Nesta sua carta, «dá conta da chegada de um rinoceronte a Lisboa, fazendo a sua descrição, e dando informações sobre o Oriente e os descobrimentos» [Vide DIAS (1995: 41)]. Este rinoceronte ficou conhecido devido a uma ilustração de Albrecht Dürer, impressa pelo próprio Valentim Fernandes, e é considerado um marco da iconografia científica.

<sup>21</sup> Cf. ALBUQUERQUE (2001: 241): «Mas nos séculos XV e XVI não se encontrava, como hoje não se encontra, qualquer estrela visível à vista desarmada que assinalasse a direcção do Pólo Ártico; e, como a Polar era a única que nas proximidades dele podia ser facilmente observada no céu, por ela tentaram os navegadores resolver a questão (...)».

<sup>22</sup> Cf. GUÉRET-LAFERTÉ (2004: 156, nota 165).

<sup>23</sup> Cf. ALBUQUERQUE (2001: 135).

<sup>24</sup> Cf. ZUMTHOR (1993: 265). Como diz ainda Vergílio Ferreira, o que é “verosímil” corresponde ao que podia acontecer e «se justamente um conceito geral de um determinado género literário varia com o tempo, compreendemos que um conceito de “verosimilhança” varie também» [cf. FERREIRA (1972: 7)].

<sup>25</sup> Cf. LE GOFF (1990: 18): «Os *mirabilia* não são naturalmente apenas coisas que o homem pode admirar com os olhos, coisas perante as quais se arregalam os olhos (...) porquanto todo um imaginário pode organizar-se à volta desta ligação a um sentido, o da vista, e em torno de uma série de imagens e metáforas que são metáforas visivas». O autor refere ainda outro que o terá influenciado (1990: 21-22): «Os que até agora se pronunciaram sobre o maravilhoso parecem muitas vezes influenciados pela obra, aliás muito interessante, de Tzvetan Todorov, sobre a literatura fantástica, e em particular pela distinção que ele estabelece entre o estranho e o maravilhoso, em que o primeiro - o estranho - pode ser identificado pela reflexão, ao passo que o maravilhoso conserva sempre um resíduo sobrenatural que nunca conseguirá explicar-se senão recorrendo ao sobrenatural».

<sup>26</sup> Cf. (1928: CXLI): «Io Jacomo barbarigo ò leto questo presente libro di Marco paulo e trovato molte cose di quelle el dice essere vere e questo ratifico per relazione di ser Niccolo di Conti Veneziano el quale è stato gran tempo in quele parte de India e simelmente per multi mercadanti mori con i qual ò favelato. Amen Deo gratias».

<sup>27</sup> [NOTA: Os temas destacados a negrito são comuns a Marco Polo. Os distinguidos a negrito e a itálico são também abordados por Marco Polo mas noutros lugares das «Índias»].

**Referências Bibliográficas**

ALBUQUERQUE, Luís de (2001), *Introdução à História dos Descobrimentos Portugueses*, Mem-Martins: Publicações Europa-América.

BARBIERI, Álvaro e ANDREOSE, Alvisè (1999) *Marco Polo Il «Milione» veneto – ms. CM 211 della Biblioteca Cívica di Padova*, Venezia: Marsilio.

BENEDETTO, Luigi Foscolo (1928) *Marco Polo – Il Milione – Prima edizione integrale*, Firenze.

DIAS, João José Alves (1995), *No Quinto Centenário da Vita Christi – Os primeiros impressores alemães em Portugal*, Lisboa: Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro.

FARINHA, António Dias (2005) “Os Árabes nos antigos relatos portugueses do Índico”, *Finisterra*, XL, 79, pp.151-160.

FAVIER, Jean (1980) *De Marco Polo a Cristovão Colombo. 1250 – 1492*, Lisboa: Publicações D. Quixote.

FEBVRE, Lucien e MARTIN, Henri-Jean (2000) *O aparecimento do livro*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

FERREIRA, Vergílio (1972), «Da verosimilhança», *Colóquio / Letras*, nº 8, Julho/72, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

GUÉRET-LAFERTÉ, Michèle (2004), *Poggio Bracciolini – DE L'INDE – Les voyages en Asie de Niccolò de' Conti* (Texte établi, traduit et commenté), Turnhout, Belgium : Brepols.

HORTA, José da Silva (2004) “O *Marco Paulo* (1502) de Valentim Fernandes: a representação dos povos não-cristãos na construção de uma imagem do poder real manuelino”, *HOMO VIATOR, Estudos em homenagem a Fernando Cristóvão*, Lisboa: Edições Colibri (pp. 109-134).

LE GOFF, Jacques (1990), *O maravilhoso e o quotidiano no Ocidente medieval*, Lisboa: Edições 70.

PEREIRA, F.M. Esteves (1922) *Marco Paulo: o Livro de Marco Paulo – o Livro de Nicolao Veneto – Carta de Jeronimo de Santo Estevam*, Lisboa: Ofic. Gráf. da Biblioteca Nacional.

ZUMTHOR, Paul (1993) *La Mesure du Monde*, Paris: Seuil.

**Referências electrónicas**

MARILDA LOPES GINEZ DE LARA, “O Unicórnio (o Rinoceronte, o Ornitorrinco...), a Análise Documentária e a Linguagem Documentária”: [http://www.dgz.org.br/dez01/Art\\_03.htm](http://www.dgz.org.br/dez01/Art_03.htm)

MARIA HELENA GARVÃO, O livro Marco Paulo impresso por Valentim Fernandes : genealogia textual, leitura tipográfica e aspectos discursivos, Repositório da Universidade de Lisboa.



O trabalho NAUS – **Revista Lusófona de Estudos Culturais e Comunicacionais** está licenciado com uma Licença [Creative Commons - Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/).

## Análise dos fatores que influenciam no desenvolvimento de startups em Belo Horizonte

*Analysis of factors influencing the development of startups in Belo Horizonte*

Allan Ramos Ferreira<sup>1</sup>;

<sup>1</sup>E-mail:

allanferreira13@hotmail.com

Graduando em Engenharia da  
Produção pelo Centro

Universitário Metodista Izabela  
Hendrix (CEUNIH).

Iago Queiroz Dias<sup>2</sup>;

<sup>2</sup>E-mail:

iagoqueirozdias@gmail.com

Graduando em Engenharia da  
Produção pelo Centro

Universitário Metodista Izabela  
Hendrix (CEUNIH).

Leila Vaz da Silva<sup>3</sup>;

<sup>3</sup>E-mail:

leila.silva@izabelahendrix.meto  
dista.br

Mestre em Administração,  
docente do Centro Universitário  
Metodista Izabela Hendrix  
(CEUNIH).

**Resumo:** Este estudo analisou quais fatores podem influenciar no desenvolvimento de uma startup em Belo Horizonte, levando em consideração o ponto de vista dos investidores e das startups. Tal estudo se fez necessário devido ao crescimento acelerado deste tipo de empreendimento nos últimos anos, possuindo em contrapartida, um alto índice de mortalidade ou descontinuação dos projetos no primeiro ano de existência. O propósito desta pesquisa foi conduzido mediante um levantamento teórico a respeito do ecossistema de empreendedorismo e inovação, difundindo-se também acerca dos fatores pertinentes ao desenvolvimento de startups. Ainda, através de uma pesquisa qualitativa de campo, realizou-se a coleta de dados primários em um universo de 328 startups e 18 investidores divididos em diferentes categorias. A amostra contou com a participação de 22 startups e 10 investidores que permitiu aferir os principais parâmetros considerados pelos investidores ao escolher uma startup para aplicar seus recursos; identificar os fatores de maior relevância para ambos os grupos de interesse no desenvolvimento dos projetos; além de detectar erros cometidos pelas startups durante a evolução dos projetos e classificá-los quanto sua gravidade.

**Palavras-chave:** Startups. Indicadores de Sucesso. Venture Capital. Empreendedorismo. Inovação.

**Abstract:** *This study analyzed which factors may influence the development of a startup in Belo Horizonte, taking into account the point of view of investors and startups. This study was necessary due to the accelerated growth of this type of enterprise in recent years, with a high mortality rate or discontinuation of projects in the first year of existence. The purpose of this research was conducted through a theoretical survey about the ecosystem of entrepreneurship and innovation, also diffusing about the factors pertinent to the development of startups. Also, through a qualitative and quantitative field survey, primary data were collected in a universe of 328 startups and 18 investors divided into different categories. The sample consisted of the participation of 22 startups and 10 investors that allowed to gauge the main parameters considered by the investors when choosing a startup to apply its resources; identify the most relevant factors for both interest groups in the development of projects; in addition to detecting mistakes made by startups during the evolution of projects and classifying them as to their severity.*

**Keywords:** *Startups. Success Indicators. Venture Capital. Business. Innovation.*

## 1 Introdução

*Startups* são empresas em fase inicial que desenvolvem produtos ou serviços inovadores, com potencial de crescimento rápido (ABSTARTUP - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE STARTUP, 2017). Como não há uma definição em relação ao tamanho de uma *startup*, logo, uma empresa que disponibiliza um produto ou serviço inovador no mercado sob condições de grande incerteza e que possibilita escalonamento, estaria atuando sob o modelo de uma *startup* (NARDES; MIRANDA, 2014).

O Brasil possui 26 milhões de pessoas relacionadas com desenvolvimento de empreendimento próprio há menos de 42 meses, ainda assim, abaixo dos demais países do *BRICS*<sup>1</sup>, (GEM - GLOBAL ENTREPRENEURSHIP MONITOR, 2016). Minas Gerais especificamente, âmbito regional deste trabalho, está se tornando uma potência, ultrapassando o Rio de Janeiro, ficando atrás apenas de São Paulo e Santa Catarina no *ranking* nacional gerado pela ABStartups em parceria com a Accenture<sup>2</sup> de densidade de *startup* por estado no ano de 2017. Ainda no mesmo *ranking*, porém para cidades, Belo Horizonte encontra-se na terceira posição ficando atrás apenas de Florianópolis e São Paulo (MATOS, 2017). Ressalta-se que há tendência de crescimento no mercado de *startups*, tanto para o Brasil quanto para o universo considerado neste trabalho (Belo Horizonte), tendo em vista que várias delas estão concluindo seu tempo de amadurecimento. Toma-se como exemplo a 99, empresa e aplicativo de transporte urbano de origem paulista e primeira empresa Unicórnio<sup>3</sup> brasileira; e a Méliuz, *startup* de origem mineira que consiste em um site de descontos e *cashback*. Minas Gerais conta ainda com outras potências como a Sympla que constitui uma plataforma digital de venda de ingressos e gestão de eventos que apresentou crescimento de 65% em relação à 2016 (CAPELAS, 2017).

O modelo de negócios de *startups* registrou aumento de 9% (851 milhões de reais) na modalidade de investimento particular, também conhecido como investidores anjos, com média de R\$120 mil aplicados por investidor PEGN - Pequenas Empresas & Grandes Negócios (2017), com prognóstico de crescimento na maturidade empreendedora, elevando o nível dos projetos e investimentos (SÁ, 2017). Em contrapartida, a mortalidade das empresas brasileiras está na faixa de 27% no primeiro ano de vida, chegando à 58% após 05 anos, sendo, para *startups*, o valor ainda maior, 90% no primeiro ano (SILVA, 2016). Este cenário ressalta a importância de considerar os fatores que podem acelerar ou inviabilizar um projeto.

Diferentes motivos levam uma *startup* ao êxito ou ao fracasso, podendo variar desde o modelo de negócios utilizado para o seguimento das ideias como mostra Chesbrough (2010), até os riscos mercadológicos do segmento do negócio (SCHUMPETER, 1982). Entretanto, poucos são os estudos direcionados a entender os fatores que impulsionam o desenvolvimento de um empreendimento com foco no modelo de negócio adotado pelas *startups*, como os realizados por Cavalheiro (2015) e por Silva (2017) no cenário brasileiro.

Tendo em vista a importância dos recursos investidos em um projeto somado à problemática do aumento da densidade de *startups* nos últimos anos, porém, com alta

<sup>1</sup> Agrupamento econômico composto por cinco países: Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul.

<sup>2</sup> Accenture: Empresa prestadora de serviços de estratégia empresarial, consultoria, digital, tecnologia e operações.

<sup>3</sup> Unicórnio é o termo usado para classificar *Startups* avaliadas em US \$ 1 bilhão ou mais, criado pela Aileen Lee, fundadora da Cowboy Ventures e capitalista de riscos.

taxa de mortalidade no primeiro ano de existência, além da falta de apoio teórico-científico direcionado ao desenvolvimento dos projetos, a presente pesquisa teve como objetivo analisar quais fatores podem influenciar no desenvolvimento de uma *startup*, levando em consideração o ponto de vista dos investidores/apoiadores e empreendedores criadores dos projetos, especificamente os que atuam na cidade de Belo Horizonte em Minas Gerais.

## 2 Referencial teórico

### 2.1 Empreendedorismo: Conceitos e considerações iniciais

O termo empreendedorismo deriva do francês “entrepreneurship” correlacionando ainda ao termo “entrepreneur” que se aplica a empresário ou empreendedor (DAVID, 2004). No Brasil, a ideia de empreendedorismo começa a se destacar a partir da década de 1990 (MELLO et al., 2010). Shane e Venkataraman (2000, p. 218) definem empreendedorismo como a “análise de como, por quem e com que efeitos, as oportunidades para criar bens e serviços futuros são descobertas, avaliadas e exploradas”, enquanto para Custódio; Tófoli e Nogueira (2011), empreendedorismo é uma participação conjunta de pessoas e processos que possibilitam transformar ideias em oportunidades. Por consequência, Filion (1999) refere-se ao empreendedor como sendo uma pessoa que cria, desenvolve e realiza visões; enquanto Dornelas (2008, p.1) sugere ser o empreendedor “aquele que faz as coisas acontecerem, se antecipa aos fatos e tem uma visão futura da organização”.

Dentre os vários perfis de empreendedores existentes, destacam-se no Brasil o empreendedor normal e o por necessidade. O empreendedor normal é o que executa planejamentos de forma metódica, procurando antecipar os riscos previsíveis e busca continuamente pela inovação. O empreendedor por necessidade consiste naquele que empreende por necessidade de sustentar a si e/ou a seus familiares e possui normalmente como característica a falta de inovação devido à urgência e necessidade de obter renda, não havendo tempo e, muitas vezes, conhecimento para efetuar planejamento prévio e estruturado, ainda, geralmente obtém método de tributação simplificado limitando sua contribuição com impostos, conseqüentemente, não agregando para o desenvolvimento econômico do país. Quanto maior o número de empreendimentos iniciados mediante oportunidades melhor será o desenvolvimento econômico do país, uma vez que estas podem servir nacionalmente e exportar produtos e serviços inovadores (DORNELAS, 2009).

Cardoso e Zilber (2017) atribuem a origem do sentido atual do conceito de inovação a Schumpeter (1982), pois foi ele quem fez a distinção conceitual entre invenção e inovação e propôs o conceito de ‘destruição criativa’, o que permite novas tecnologias serem lançadas no mercado. A lei federal nº 13.243, de 11 de janeiro de 2016, define inovação como sendo a “introdução de novidade ou aperfeiçoamento no ambiente produtivo e social que resulte em novos produtos, serviços ou processos ou que compreenda a agregação de novas funcionalidades ou características a produto, serviço ou processo já existente que possa resultar em melhorias e em efetivo ganho de qualidade ou desempenho” (BRASIL, 2016).

No Brasil, a implementação de políticas eficazes de estímulo à inovação tecnológica ganhou projeção principalmente a partir de 2001, quando foi realizada a Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (PLONSKI, 2005). Tendo isto em vista, a inovação não só se faz importante ao empreendedorismo individual, mas também no crescimento econômico nacional. Para William Baumol, “praticamente todo o

crescimento econômico que ocorreu desde o século XVIII pode ser atribuído à inovação” (TIDD, 2015 p. 5) e para que as empresas se habituem em ambientes dinâmicos e criem uma flexibilidade estratégica, torna-se primordial que busquem por inovação (GONZALEZ; MELO, 2018).

A partir da busca por produtos e serviços inovadores entrelaçada à preocupação em gerar empreendimentos por meio da identificação de oportunidades, é que cresce a competitividade inovadora e aumentam projetos tais como as (inicialmente) *startups* *Paypal*, *Facebook*, *Linkedin* e *Twitter* que obtiveram grande retorno em relação ao capital de risco investido se tornando líderes do mercado mundial (SÁ, 2017). As *startups* apresentam importância no mercado por tratar de áreas do conhecimento e atuação com foco no desenvolvimento tecnológico e econômico de forma escalável e mais acelerada que as tradicionais, impulsionando a economia da região ou país (SILVA, 2017).

## 2.2 Startups e o novo conceito de negócio

*Startup* pode ser definida como uma organização temporária constituída para buscar por respostas que levarão a um modelo de negócio recorrente e escalável Blank; Dorf (2014) e visa entregar um novo produto ou serviço sob condições de extrema incerteza Ries (2012), sendo sua criação geralmente embasadas em uma ideia ou oportunidade. Muitas *startups* iniciam-se apenas com uma ideia de projeção escalável e mão de obra própria dos idealizadores, e, a partir daí, começam a busca incessante por investidores de capital de risco (SILVA, 2016). Várias são as modalidades para os investimentos de riscos, sendo assim, Sá (2017) expõe as mais comuns:

*Venture Capital*: Representa um modelo temporário em que um ou mais investidores privados disponibilizam capital em troca de participação acionária até o desenvolvimento da *startup* e, por consequência, valorização das ações para posterior saída do projeto (SÁ, 2017). De acordo com Cavalheiro (2015), também é chamado de “capital empreendedor” e pode ser usado para todas as classes de investidores de risco uma vez que estão sujeitos ao mesmo ambiente (de risco e incerteza).

Por outro lado, tem-se o *crowdfunding*, que se define por interesse coletivo. São várias fontes de financiamento de grupos de interessados no projeto (SÁ, 2017). Cardoso e Zilber (2017) complementam como sendo uma forma coletiva e aberta de arrecadar fundos para um projeto.

No que se refere ao investidor singular, é citado o investidor-anjo, que trata de investidores privados, ou seja, utilizam de capital próprio para financiamento do projeto e tem como objetivo o retorno exponencial do valor investido, podendo ainda contribuir com orientação ou mentoria (SÁ, 2017). Cavalheiro (2015) argumenta que um investimento-anjo varia, em média, entre R\$50 mil à R\$ 1 milhão, sendo mais comum oscilar na faixa de R\$250 mil à R\$ 500 mil com expectativa de retorno entre 10 a 20 vezes o valor investido, além de possuir participação na sociedade do projeto, porém, nem sempre estando associado diretamente à gestão.

Se tratando de apoio ao desenvolvimento geral do projeto de empreendimento, é mencionado o investimento denominado *seed* ou ‘semente’, que tem por objetivo auxiliar na fase de implementação e organização do fluxo operacional, além da gerência e saúde financeira do projeto (SÁ, 2017). A opinião de Moraes (2008) sugere que,

normalmente, esse tipo de empreendimento encontra-se em incubadoras, parques tecnológicos e universidades. Na mesma linha, tem-se as incubadoras que objetivam moldar microempresas e seus projetos para o mercado de forma a apoiá-las nos mais diversos aspectos, como financiamento, estruturação e planejamentos estratégicos e operacionais (SÁ, 2017). Também provêm espaço físico, além de *network* e consultorias, e são, geralmente, apoiadas por capital governamental, sem fins lucrativos (CAVALHEIRO, 2015). Há também as aceleradoras, similares às incubadoras, estas utilizam de capital próprio (de risco, claro) almejando retorno escalonado a partir dos resultados da *startup* e assume apoio financeiro e consultivo, trabalhando além disso, o lançamento do projeto no mercado por meio de eventos como seminários e *workshops* (SÁ, 2017; CAVALHEIRO, 2015).

O levantamento demográfico e a distribuição dos perfis dentro do ecossistema que envolvem *startups* são importantes para entender o ambiente em que o projeto está sendo lançado. Em São Paulo por exemplo, maior densidade de *startup* do Brasil, a maioria do ecossistema é formado por homens (83%), tendo a maior parte dos investidores (56%) com alta escolaridade tais como pós-graduação, *mba*, mestrado ou doutorado; ainda, 63% dos envolvidos estão entre 25 e 44 anos. Sobre o perfil, há uma certa fuga do conservadorismo, predominando em sua maioria características de empreendedores e investidores moderados e arrojados. Os investidores avaliam ao aplicar seus recursos o perfil dos empreendedores, o comprometimento, ideia inovadora e a escolha da equipe adequadamente, além disto, tanto os investidores quanto os empreendedores/criadores consideram importantes a multidisciplinaridade e engajamento da equipe. Tem-se como maiores dificuldades enfrentadas pelas *startups* o modelo de negócios, as finanças e os recursos humanos (SEBRAE, 2015).

Os motivos de insucesso de empreendimentos do tipo *startups* podem estar relacionados a fatores pessoais ou externos. Como fatores pessoais, destacam-se o planejamento e gerenciamento do negócio e a gestão administrativa e financeira; como fatores externos, o apoio técnico, financeiro, tributos e burocracias (CARVALHO; RIBEIRO; CUNHA, 2015). Em contrapartida, Arruda et al. (2014) citam que o insucesso das *startups* estão mais relacionados a fatores ocasionados pelo ambiente em que a empresa está inserida e à estrutura planejada no momento de sua concepção, do que com as características pessoais do empreendedor. Ainda destacam que o número de sócios envolvidos, o volume de capital que irá investir e o local onde a empresa será instalada, são fatores principais que devem ser considerados no momento de concepção da empresa. Sob a perspectiva dos fatores de sucesso, Cavaler; Bertinato e Machado (2017) consideram que o capital intelectual, composto por: capital humano, capital estrutural e capital relacional, são fatores que contribuem para o desenvolvimento de uma *startup* incubada. O capital humano foi considerado o mais importante quando comparado aos outros capitais.

### 3 Metodologia

#### 3.1 Tipos de pesquisa

Para Vergara (2016), as pesquisas são definidas por dois critérios básicos: quanto aos fins e quanto aos meios. Desta forma, este estudo adotou quanto aos fins pesquisa exploratória e descritiva. Exploratória por se tratar de um assunto ainda pouco abordado no âmbito brasileiro e por ser uma ramificação de negócios deficiente de apoio literário e norteamento prático objetivo. Gil (2008, p.27) expõe que a pesquisa exploratória possui como finalidade “desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias [...]”. Em relação a pesquisa descritiva, visou captar opiniões e visões dos envolvidos no

desenvolvimento do projeto de uma *startup*, como dos investidores/apoiadores e empreendedores criadores dos projetos. Além disso, pretendeu-se analisar erros cometidos na fase inicial do projeto a fim de auxiliar novas *startups*.

Quanto aos meios, atribuiu-se à pesquisa de campo. A pesquisa de campo teve como objetivo coletar dados primários das aceleradoras, incubadoras, investidores e criadores das *startups*, sendo esta coleta realizada por meio de questionário. Lakatos e Marconi (2009) definem a pesquisa de campo como aquela utilizada para alcançar conhecimento sobre um problema ou hipótese, a qual se procura uma resposta ou caso queira descobrir novas relações entre os mesmos.

### 3.2 Universo e amostra

O universo da pesquisa teve como fonte o banco de dados da *StartSE* e *San Pedro Valley*, tendo como amplitude de pesquisa a cidade de Belo Horizonte em Minas Gerais (Brasil), contemplando 328 *startups* e 18 investidores/apoiadores cadastrados nas plataformas, sendo ainda os investidores divididos em 9 grupos: aceleradoras, comunidades de *startups*, consultorias de inovação, *coworking*, entidades de apoio, fundos de investimentos, incubadoras, parques tecnológicos e *venture builder*. Para a definição da amostra, utilizou-se do raciocínio de Vergara (2016), em que a mesma propõe a existência de dois tipos de amostras, sendo elas, probabilísticas, baseadas em métodos estatísticos, ou não-probabilísticas. No que diz respeito ao presente estudo, a amostra capturada foi não-probabilística e por acessibilidade, sendo extraída a partir das respostas obtidas no universo, sendo representada por 22 *startups* (criadores/fundadores) e 10 investidores/apoiadores.

### 3.3 Técnicas para coleta de dados e informações

A técnica para a coleta dos dados deu-se por meio de um questionário estruturado aplicado entre julho e setembro de 2018, composto por quatro seções. Na primeira seção buscou-se realizar o levantamento das variáveis demográficas e a relação dos respondentes com o ecossistema de empreendedorismo e inovação; na segunda seção objetivou-se classificar, por relevância, parâmetros utilizados pelos investidores no processo de seleção de uma *startup* para receber investimentos. Na terceira seção foram classificados, também por relevância, processos realizados no desenvolvimento de projetos de uma *startup*. Destaca-se que, tanto na segunda quanto na terceira seções as 20 (dez) questões foram estruturadas por indicadores distribuídos em uma escala de concordância do tipo Likert de cinco categorias. Por fim, na quarta seção, pretendeu-se identificar e classificar erros cometidos pelas *startups* no desenvolvimento dos projetos e as questões desta seção foram tratadas em uma escala de apenas três categorias.

### 3.4 Análise dos dados

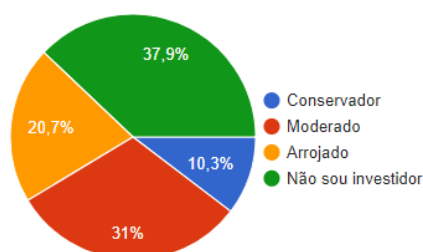
De acordo com Minayo (2011), as pesquisas quali-quantitativas possuem naturezas distintas que se completam em prática. Entretanto, enquanto o método qualitativo possui análise que leva em consideração as relações sociais, comportamentais e variações de informações descritivas de forma abstrata possuindo interpretação dos dados de forma não equacional; o quantitativo percorre caminhos de natureza mais quantificáveis, palpáveis e que podem ser visivelmente observados. Destarte, a análise dos dados foi realizada por meio de uma abordagem quali-quantitativa. Os dados quantitativos analisados estatisticamente e representados por meio de tabelas, e a abordagem qualitativa representada por meio de comentários, explanações e análises conclusivas sobre o ecossistema estudado.

#### 4 Resultados e discussão

A favor de uma análise mais objetiva, as partes integrantes do grupo de interesse da pesquisa foram sintetizadas em apenas duas, sendo elas: os criadores/fundadores que serão chamados de *startups* e os 9 grupos de investidores que foram unificados em apenas investidores.

Executou-se a análise de perfil e dados demográficos em busca de um melhor entendimento do comportamento das variáveis estudadas e também do mercado em si. A análise permitiu aferir um baixo percentual no perfil declarado conservador do ecossistema (apenas 10,3%) contrapondo a maioria de 51,7% que se declararam moderado ou arrojado (31% e 20,7%, respectivamente) conforme demonstrado no gráfico 1.

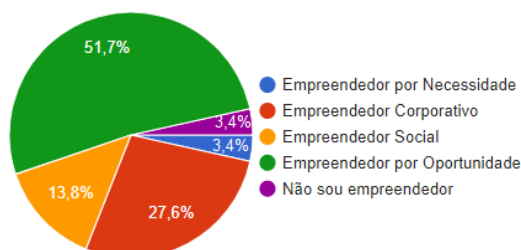
**Gráfico 1 – Perfil dos investidores**



Fonte: Elaborado pelos autores (2018)

Apoiando a análise dos perfis, os investidores e empreendedores que se declararam por oportunidade alcançaram a maioria da amostra com 51,7% dos questionados contra apenas 3,4% que se consideram por necessidade, de acordo com o gráfico 2.

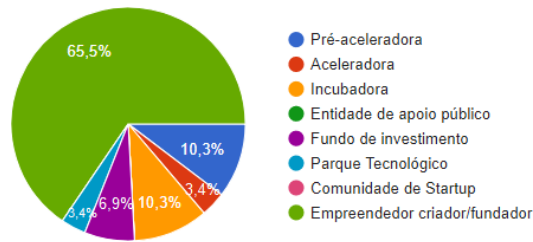
**Gráfico 2 – Tipos de empreendedores**



Fonte: Elaborado pelos autores (2018)

Tais resultados ressaltam tendências promissoras frente a política de estímulo à inovação tecnológica exposta em Plonski, (2005) tanto quanto justifica, de certa forma, parte do aumento da densidade de *startups*, com reduzido perfil conservador apresentado nos gráficos 1 e 2, vai ao encontro do perfil deste modelo de negócios que é o de risco. Para complementar a visualização do ecossistema, o gráfico 3 apresentou o posicionamento de cada grupo.

**Gráfico 3 – Posicionamento dos grupos participantes do estudo no ecossistema de empreendedorismo e inovação**



Fonte: Elaborado pelos autores (2018)

Quanto aos dados demográficos, notou-se uma discrepância entre os gêneros masculino e feminino (86,2% e 13,8%, respectivamente) e em relação a faixa etária, notou-se que o maior núcleo de criação e lançamento encontra-se entre os 30 e 39 anos (51,7%), seguido por um empate no percentual dos intervalos de idade precedente (20 a 39 anos) e subseqüente (40 a 49 anos) com 20,7%. Por meio da análise de escolaridade foi possível apurar que para a amostra estudada, o ingresso em curso superior se fez muito relevante, contemplando 100% da amostra, sendo ainda, o maior percentual participante especializado, mestre ou doutor, aproximando-se da configuração apontada por pesquisa realizada pelo Sebrae (2015) no estado de São Paulo.

A tabela 1 apresenta os fatores considerados mais relevantes para os investidores ao escolher uma *startup* para aplicar seus recursos, não apenas na visão destes, mas também na visão das *startups*.

**Tabela 1 - Classificação de parâmetros utilizados no processo de seleção de uma *startup* para receber investimentos**

Itens	Investidor				
	1	2	3	4	5
Ideia inovadora	0,00%	10,00%	0,00%	30,00%	60,00%
Experiências e resultados anteriores dos criadores/fundadores	10,00%	30,00%	10,00%	20,00%	30,00%
Localidade de origem	50,00%	10,00%	30,00%	0,00%	10,00%
Ideia acompanhada de planejamento	10,00%	10,00%	20,00%	30,00%	30,00%
Mercado de atuação inexplorado	0,00%	10,00%	50,00%	10,00%	30,00%
Formação multidisciplinar da equipe	0,00%	10,00%	10,00%	10,00%	70,00%
Marketing estruturado	10,00%	20,00%	40,00%	10,00%	20,00%
Estágio em que a <i>startup</i> se encontra (inicial, desenvolvimento...)	10,00%	0,00%	30,00%	50,00%	10,00%
Segmento da <i>startup</i>	20,00%	20,00%	30,00%	20,00%	10,00%
Tecnologia disponível	10,00%	0,00%	10,00%	40,00%	40,00%

Itens	Criador/Fundador				
	1	2	3	4	5
Ideia inovadora	0,00%	0,00%	31,58%	31,58%	36,84%
Experiências e resultados anteriores dos criadores/fundadores	5,26%	5,26%	10,53%	31,58%	47,37%
Localidade de origem	36,84%	26,32%	26,32%	5,26%	5,26%
Ideia acompanhada de planejamento	0,00%	0,00%	26,32%	15,79%	57,89%
Mercado de atuação inexplorado	0,00%	5,26%	47,37%	36,84%	10,53%
Formação multidisciplinar da equipe	0,00%	5,26%	5,26%	10,53%	78,95%
Marketing estruturado	5,26%	21,05%	31,58%	21,05%	21,05%
Estágio em que a <i>startup</i> se encontra (inicial, desenvolvimento...)	0,00%	15,79%	26,32%	31,58%	26,32%
Segmento da <i>startup</i>	0,00%	5,26%	36,84%	26,32%	31,58%
Tecnologia disponível	0,00%	10,53%	42,11%	26,32%	21,05%

Fonte: Elaborado pelos autores (2018)

Adotou-se para análise a escala Likert considerando como relevante os graus 4 e 5, e entre eles uma prioridade do grau mais alto. Por conseguinte, os itens que se fizeram de maior relevância para o apoio de um investidor aos projetos *startups* foram ideias inovadoras, seguidas de formação multidisciplinar da equipe e a tecnologia disponível. As *startups* e os investidores possuem pensamentos alinhados em relação à formação multidisciplinar da equipe, o que apresenta-se de acordo às premissas do capital humano que compõe o capital intelectual apresentado em Cavaler; Bertinato e Machado (2017); enquanto, em desalinhamento, as experiências e resultados anteriores dos criadores dos

projetos. A pesquisa apontou irrelevância parcial ou completa para os investidores no que diz respeito ao segmento da *startup*, o quanto o mercado foi explorado e a existência de um marketing estruturado (o que pode ser explicado pelo fato do investimento ser aplicado com a *startup* ainda em desenvolvimento). Também notou-se irrelevância parcial ou completa o local de origem do projeto e as experiências anteriores dos criadores.

A tabela 2 objetivou analisar os fatores mais relevantes durante o desenvolvimento de uma *startup* conforme a percepção de ambos os grupos de interesse. Considerou-se fatores muito relevantes os de escala 5 que alcançaram valores acima de 50% em cada grupo separadamente, configurando assim uma maioria, e entre eles uma prioridade do grau mais alto; enquanto o contrário considerou-se irrelevante total ou parcial escalas 1, 2 e 3, tendendo a maior irrelevância entre eles o de grau mais baixo. Desta forma, foi possível interpretar um comparativo entre a visão das duas partes, fazendo-se necessário este método de análise para primeiramente indicar as relevâncias e, posteriormente, entender dentro das relevâncias, quais fatores priorizar.

**Tabela 2 - Classificação dos processos realizados no desenvolvimento dos projetos**

Investidor					
Itens	1	2	3	4	5
Planejamento	0,00%	10,00%	10,00%	50,00%	30,00%
Participação em programas de aceleração ou incubação	30,00%	30,00%	20,00%	10,00%	10,00%
Conhecimento do investidor na área de atuação da startup	0,00%	0,00%	0,00%	60,00%	40,00%
Conhecimento do empreendedor criador na área de atuação da startup	0,00%	20,00%	10,00%	0,00%	70,00%
Definição clara do objetivo, público, missão e visão	0,00%	20,00%	10,00%	50,00%	20,00%
Grau de inovação, escalabilidade e diferenciais competitivos	0,00%	0,00%	30,00%	20,00%	50,00%
Expertise da equipe na área de atuação do projeto	0,00%	10,00%	0,00%	0,00%	90,00%
Contratação da equipe adequada para o projeto	0,00%	10,00%	10,00%	10,00%	70,00%
Mínimo Produto Viável (Protótipo)	0,00%	10,00%	30,00%	40,00%	20,00%
Marketing	0,00%	10,00%	10,00%	50,00%	30,00%

Criador/Fundador					
Itens	1	2	3	4	5
Planejamento	0,00%	0,00%	10,53%	36,84%	52,63%
Participação em programas de aceleração ou incubação	5,26%	21,05%	47,37%	15,79%	10,53%
Conhecimento do investidor na área de atuação da startup	0,00%	10,53%	26,32%	36,84%	26,32%
Conhecimento do empreendedor criador na área de atuação da startup	0,00%	0,00%	10,53%	36,84%	52,63%
Definição clara do objetivo, público, missão e visão	0,00%	5,26%	31,58%	15,79%	47,37%
Grau de inovação, escalabilidade e diferenciais competitivos	0,00%	0,00%	5,26%	52,63%	42,11%
Expertise da equipe na área de atuação do projeto	0,00%	0,00%	5,26%	36,84%	57,89%
Contratação da equipe adequada para o projeto	0,00%	5,26%	15,79%	26,32%	52,63%
Mínimo Produto Viável (Protótipo)	5,26%	5,26%	10,53%	42,11%	36,84%
Marketing	5,26%	5,26%	36,84%	36,84%	15,79%

Fonte: Elaborado pelos autores (2018)

Assim, ao analisar a tabela 2, tem-se que os itens relevantes de prioridade para os investidores são a expertise da equipe na área de atuação do projeto, contratação da equipe adequada, conhecimento na área de atuação da *startup* e o grau de inovação e escalabilidade, respectivamente. Para as *startups*, as relevâncias de prioridade divergem apenas no grau de inovação e escalabilidade, que, apesar de ser apontado como relevante, a maioria não o consideraram como prioritário, dando lugar ao planejamento. Os itens da escala 4 foram classificados como relevantes, mas não prioritários como o caso do planejamento para os investidores e o grau de escalabilidade para as *startups*, sendo os demais considerados não relevantes totais ou parciais.

Considerando que os fatores com prioridades tangenciais nos dois grupos gerem uma maior possibilidade de continuidade do projeto, tal resultado aponta uma certa divergência da conclusão apontada por Arruda et al. (2014), em que o número de sócios envolvidos, volume de capital e até mesmo o local onde a empresa será instalada devem

ser considerados prioritariamente. Desta forma, ao analisar criticamente, tanto as relevâncias quanto as prioridades, entende-se que os pensamentos entre as duas categorias analisadas estão bem alinhados, separados por leves discordâncias de prioridades, porém com suas devidas atenções às relevâncias. Por outro lado, as discordâncias identificadas foram o marketing e o protótipo.

Como elencando ao longo da pesquisa, durante o amadurecimento dos projetos vários testes, decisões e processos são executados, e obviamente, nem todos serão plenos, exatos ou mesmo corretos. Salienta-se que, por questões de viabilidade de análise, subjetividade e particularidade de cada projeto, os fatores analisados e apresentados na tabela 3 não projetam todas as incertezas contidas no percurso de cada *startup*. Logo, a tabela 3 evidência, dentre os fatores propostos embasados em pesquisas similares para outras regiões, quais são erros e a ordem de gravidade na visão de ambas as categorias pesquisadas.

**Tabela 3 – Classificação dos erros cometidos no desenvolvimento dos projetos**

Investidor			
Itens	1	2	3
Lançamento do produto em momento inoportuno	10,00%	20,00%	70,00%
Falta de clareza em relação a definição do público alvo	0,00%	20,00%	80,00%
Pouco conhecimento dos aspectos legais que envolvem o negócio	10,00%	30,00%	60,00%
Tratamento equivocado dos feedbacks recebidos	10,00%	20,00%	70,00%
Busca de investidores inadequados	20,00%	50,00%	30,00%
Nome e logo da startup mal desenvolvidos	30,00%	50,00%	20,00%
Investimento inapropriado em marketing	50,00%	40,00%	10,00%
Planejamento mal estruturado	40,00%	20,00%	40,00%
O objetivo da startup não condiz com uma necessidade do mercado	20,00%	10,00%	70,00%
Escolha dos integrantes da equipe de forma inadequada (não multidisciplinar ou incapaz)	0,00%	30,00%	70,00%
adequada (não multidisciplinar ou incapaz)			
Criador/Fundador			
Itens	1	2	3
Lançamento do produto em momento inoportuno	21,05%	47,37%	31,58%
Falta de clareza em relação a definição do público alvo	15,79%	15,79%	68,42%
Pouco conhecimento dos aspectos legais que envolvem o negócio	10,53%	47,37%	42,11%
Tratamento equivocado dos feedbacks recebidos	0,00%	26,32%	73,68%
Busca de investidores inadequados	10,53%	42,11%	47,37%
Nome e logo da startup mal desenvolvidos	31,58%	52,63%	15,79%
Investimento inapropriado em marketing	10,53%	63,16%	26,32%
Planejamento mal estruturado	0,00%	57,89%	42,11%
O objetivo da startup não condiz com uma necessidade do mercado	5,26%	21,05%	73,68%
Escolha dos integrantes da equipe de forma inadequada (não multidisciplinar ou incapaz)	0,00%	47,37%	52,63%

Fonte: Elaborado pelos autores (2018)

Considerou-se conclusivo apenas os fatores cuja maioria é tangencial, ou seja, quando ambos os grupos atingirem acima de 50% em um mesmo fator, logo, verifica-se que os erros graves de máximo impacto (escala 3) cometidos pelas *startups* no decorrer do projeto, são, respectivamente, o tratamento equivocado dos *feedbacks* recebidos, a falta de clareza em relação a definição do público alvo, o objetivo da *startup* não condizer com uma necessidade do mercado e a escolha dos integrantes da equipe ocorrer de forma inadequada (não multidisciplinar ou incapaz). Deve-se uma grande atenção no lançamento do produto em momento inoportuno e também no pouco conhecimento dos aspectos legais que envolvem o projeto, pois ambos os fatores foram marcados como erro de extremo impacto apenas pelos investidores questionados. Nome e logomarca das *startups* mal desenvolvidos foram considerados erros mais simples ou reversíveis (escala 2) pela maioria. Demais fatores não tiveram pontos percentuais em comum e foram considerados como pontos a serem discutidos entre as duas partes durante o desenvolvimento do projeto.

## 5 Conclusão

Esse estudo se propôs em analisar os fatores que podem influenciar no desenvolvimento de uma *startup*, levando em consideração o ponto de vista dos investidores/apoiadores e empreendedores criadores dos projetos, especificamente os que atuam na cidade de Belo Horizonte em Minas Gerais, em uma linha similar aos estudos realizados por Cavalheiro (2015), além de outras referências utilizadas. Os subtópicos analisados foram os fatores relevantes para que os investidores decidam aplicar seus recursos nos projetos; o que cada grupo de interesse pesquisado considera como alta ou baixa relevância no decorrer dos projetos; e por último, os erros comuns e de extremo impacto cometidos pelas *startups* durante o desenvolvimento destes projetos, de acordo com a percepção do grupo pesquisado.

Os resultados obtidos demonstraram um bom alinhamento entre as ideias que ambos os grupos têm a respeito dos fatores abordados nessa pesquisa. Entretanto, alguns fatores considerados relevantes para ambos os grupos, foram identificados com prioridades diferentes, podendo, dependendo da quantidade de recursos investidos em tal atividade, impactar negativamente no desempenho e continuação do projeto. Pôde-se verificar também a tendência de crescimento do mercado para esse modelo de negócios, que, somado às orientações aqui apresentadas pelos grupos já envolvidos no ecossistema de inovação, permitiu um norteamento teórico auxiliado pelas experiências dos participantes do estudo. Para tal amostra, foi possível atestar que, em concordância com Cavalier; Bertinato e Machado (2017), o capital humano e intelectual se fizeram mais relevantes tanto no desenvolvimento dos projetos quanto na influência da decisão dos investidores em aplicar recursos nas *startups*.

Acredita-se que esta pesquisa possa auxiliar as *startups* do mercado, principalmente as que atuam em Belo Horizonte, assim como contribuir para aumento do apoio teórico-científico direcionado ao desenvolvimento dos projetos de *startups* no mercado brasileiro, o que se faz importante tendo em vista o aumento da densidade deste modelo de negócios possuindo em contrapartida alto percentual de mortalidade em seus primeiros anos de desenvolvimento.

Cabe ressaltar que, por ser uma pesquisa por acessibilidade, a amostra participante deu-se pela cooperação das *startups* que aceitaram responder o questionário de forma anônima, não representando assim a totalidade do ponto de vista das *startups* atuantes na amplitude pesquisada. Salienta-se ainda que, por questões de subjetividade e particularidade de cada projeto, os resultados demonstrados na pesquisa não projetam todas certezas e incertezas contidas no percurso de cada *startup* singularmente, entretanto, foram considerados vários estudos e *cases* como Cavalier; Bertinato e Machado (2017), Carvalho; Ribeiro; Cunha (2015), Arruda et al. (2014), Cavalheiro (2015), além de Sebrae (2015), selecionando fatores que podem influenciar no desenvolvimento de *startups* em geral. Sugere-se também que este trabalho sirva de suporte a pesquisas futuras na identificação dos fatores em *startups* mais segmentadas a fim de diminuir as incertezas, subjetividades e filtrar os fatores mais impactantes para cada segmentação como fintechs, high techs, healt techs... ou mesmo a influência de cada segmento no universo regional.

**Referências bibliográficas**

ABSTARTUP. (Brasil). **Tudo que você precisa saber sobre startups**, jul. 2017. Disponível em: <<https://abstartups.com.br/2017/07/05/o-que-e-uma-startup/>>. Acesso em: 14 maio 2018.

ARRUDA, Carlos et al. Causas da mortalidade de startups brasileiras: o que fazer para aumentar as chances de sobrevivência no mercado. **Núcleo de Inovação e Empreendedorismo: Fundação Dom Cabral**, 2014.

BLANK, Steve; DORF, Bob. **Startup: manual do empreendedor**: o guia passo a passo para construir uma grande empresa. Alta Books Editora, 2014.

BRASIL. (11 de jan de 2016). LEI Nº 13.243, DE 11 DE JANEIRO DE 2016. **Dispõe sobre estímulos ao desenvolvimento científico, à pesquisa, à capacitação científica e tecnológica e à inovação.** Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2016/lei/L13243.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/L13243.htm)>. Acesso em: 19 abr. 2018.

CAPELAS, Bruno. Minas Gerais supera Rio e vira celeiro de novas Startups. **O ESTADO DE S. PAULO**, ago. de 2017. Disponível em: <<http://link.estadao.com.br/noticias/inovacao,minas-supera-rio-e-vira-celeiro-de-novas-startups,70001943014>>. Acesso em 12 abr. 2018.

CARDOSO, Luciano Santos; ZILBER, Moisés Ari. Crowdfunding e inovação: um estudo sobre startups no Brasil. **Observatorio de La Economía Latinoamericana**, out. 2017. Disponível em: <<http://www.eumed.net/cursecon/ecolat/br/17/estudo-startups-brasil.html>>. Acesso em: 05 abr. 2018.

CARVALHO, Antonio Oliveira de; RIBEIRO, Ivano; CUNHA, Saionara de Andrade da. Viabilidade de startups: uma proposta de construção de uma escala de fatores dificultadores. **Ágora: revista de divulgação científica**, v. 20, n. 1, p. 131-153, 2015.

CAVALER, Micael Raul; BERTINATO, Felipe; MACHADO, Elizandra. Fatores que influenciam no desenvolvimento de startups incubadas: um estudo de caso nos municípios de dois vizinhos e Pato Branco. **International Congress of Knowledge and Innovation - Ciki**, [S.l.], v. 1, n. 1, set. 2017. ISSN 2318-5376. Available at: <<http://proceeding.ciki.ufsc.br/index.php/ciki/article/view/101>>. Acesso em: 29 de maio

de 2018.

CAVALHEIRO, Cristian Mairesse. **Fatores determinantes para o sucesso de startups de TI no Brasil: uma avaliação crítica**. 2015. 198 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Gestão e Negócio, Unidade Acadêmica de Pesquisa e Pós-graduação, Universidade do Vale do Rio dos Sinos - Unisinos, Porto Alegre.

CHESBROUGH, Henry. Business model innovation: opportunities and barriers. **Long range planning**, v. 43, n. 2-3, p. 354-363, 2010.

CUSTÓDIO, Telma Padilha; TÓFOLI, Eduardo Teraoka; NOGUEIRA, Ana Beatriz. Empreendedorismo: um Estudo sobre a Importância do Empreendedorismo como Estratégia de Negócios na Empresa Fênix Locações e Eventos. **Revista Científica do Unisalesiano**, v. 4, p. 36-44, 2011.

DAVID, Denise Elizabeth Hey. **Intraempreendedorismo Social: Perspectivas para o Desenvolvimento Social nas Organizações**. 2004. 204p. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, UFSC, Florianópolis.

DORNELAS, José Carlos Assis. **Empreendedorismo: transformando idéias em negócios**. Elsevier Brasil, 2008.

DORNELAS, Jose Carlos Assis. **Empreendedorismo corporativo: como ser empreendedor, inovar e se diferenciar na sua empresa**. Elsevier Brasil, 2009.

FILION, Louis Jacques. Empreendedorismo: empreendedores e proprietários-gerentes de pequenos negócios. **Revista de administração**, v. 34, n. 2, p. 5-28, 1999.

GEM, Empreendedorismo no Brasil : 2016 \ Coordenação de Simara Maria de Souza Silveira Greco; diversos autores -- Curitiba: IBQP, 2017. 208 p. : il.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. Editora Atlas S.A, 2008.

GONZALEZ, Rodrigo Valio Dominguez; MELO, Tatiana Massaroli de. Inovação por exploração e exploração do conhecimento: um estudo empírico do setor automobilístico. **Gest. Prod.**, São Carlos , v. 25, n. 1, p. 1-15, Mar. 2018 .

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia científica**. 4.

ed. Atlas, 2009.

MATOS, Felipe. Qual a região campeã em densidade de startups no Brasil? Você vai se surpreender. **O ESTADO DE S. PAULO**, out. de 2017. Disponível em: <http://link.estadao.com.br/blogs/felipe-matos/qual-a-regiao-campea-em-densidade-de-startups-no-brasil-voce-vai-se-surpreender/>. Acesso em 12 abr. 2018.

MELLO, Cristiane Marques de. et al. Do Que Estamos Falando Quando Falamos Empreendedorismo no Brasil?. **Revista de Administração da UNIMEP**, v. 8, n. 3, 2010.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; GOMES, Suely Ferreira Deslandes Romeu (Org.). **Pesquisa social: Teoria, método e criatividade**. 34. ed. Editora Vozes Limitada, 2011. 114 p.

MORAIS, José Mauro de. Uma avaliação de programas de apoio financeiro à inovação tecnológica com base nos Fundos Setoriais e na Lei de Inovação. **Políticas de incentivo à inovação tecnológica no Brasil. Brasília: Ipea**, p. 68-105, 2008.

NARDES, Felipe Bruno Souza; MIRANDA, Roberto Campos da Rocha. Lean Startup e Canvas: uma proposta de metodologia para startups. **Revista Brasileira de Administração Científica**, v. 5, n. 3, p. 252-272, 2014.

PEGN. **Investimento anjo cresce 9% no Brasil e chega a R\$ 851 milhões**, jun. de 2017. Disponível em: <https://revistapegn.globo.com/Startups/noticia/2017/06/investimento-anjo-cresce-9-no-brasil-e-chega-r-851-milhoes.html>. Acesso em: 12 abr. 2018.

PLONSKI, Guilherme Ary. Bases para um movimento pela inovação tecnológica no Brasil. **São Paulo em perspectiva**, v. 19, n. 1, p. 25-33, 2005.

RIES, Eric. **A startup enxuta**. Leya, 2012.

SÁ, Miller Gazolla Correa de. O capital de risco aplicado em start-ups no Brasil: uma reflexão sobre o ecossistema dos empreendimentos inovadores a partir da visão do investidor. **Revista de Gestão, Finanças e Contabilidade**, v. 7, n. 1, p. 97-120, 2017.

SCHUMPETER, Joseph Alois. **Teoria do desenvolvimento econômico: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro eo ciclo econômico**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. **Pesquisa**

**Lado/A, Lado/B Startups**, 2015. Disponível em:

<[http://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/UFs/SP/Pesquisas/lado\\_A\\_B\\_startups.pdf](http://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/UFs/SP/Pesquisas/lado_A_B_startups.pdf)>. Acesso em: 29 de maio de 2018.

SHANE, Scott; VENKATARAMAN, Sankaran. The promise of entrepreneurship as a field of research. **Academy of management review**, v. 25, n. 1, p. 217-226, 2000.

SILVA, Anna Camila Lima e. **Determinantes do desempenho das startups brasileiras**. 2017. 97 f. Dissertação (Pós-Graduação em Engenharia de Produção)- Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Rio Grande do Norte, 2017.

SILVA, Fábio Rodrigues da. **Fatores críticos de sucesso de empresas startup no cenário empreendedor brasileiro**. 136 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão e Tecnologia em Sistemas Produtivos) - Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza, São Paulo, 2016.

TIDD, Joe; BESSANT, Joe. **Gestão da inovação**. 5. ed. Bookman Editora, 2015.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 16. ed. São Paulo: Atlas, 2016.



O trabalho NAUS – **Revista Lusófona de Estudos Culturais e Comunicacionais** está licenciado com uma Licença [Creative Commons - Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/).

**Goa: contexto e pretexto do Memorial de D. Manuel de Mendonça (1593-1653)<sup>i</sup>***Goa: context and pretext of the D. Manuel de Mendonça's (1593-1653) Memorial*

Regina Célia de Carvalho Pereira da Silva<sup>2</sup>

<sup>2</sup>E-mail:

[pereiradasilvaregina24@gmail.com](mailto:pereiradasilvaregina24@gmail.com)

Università degli Studi di Firenze e

Universidade de São Paulo

**Resumo:** Se durante o século XVI, as relações diplomáticas entre a Santa Sé e o Padroado Português eram de cooperação e difusão da evangelização, várias fricções relacionais surgiram nos primeiros anos do século XVII, relacionadas com o envio de missionários, com a ordenação sacerdotal de naturais e com a administração das missões, que originaram a criação da Sagrada Congregação *de Propaganda Fide*. Esta instabilidade repercutiu-se nas missões presentes nas colónias portuguesas, nomeadamente em Goa. A carência de missionários, o aumento de convertidos naturais e a recusa em ordenar sacerdotes naturais, criou um ambiente de conflito entre clérigos europeus e indianos. A supremacia das ordens religiosas e, em particular, a predominância da Companhia de Jesus em Goa, vê-se ameaçada. Este trabalho focaliza-se na análise do fascículo 23 do *Fondo Gesuitico Collegia* do Archivium Romanum e quer evidenciar os elementos históricos e socioculturais característicos dessa conjuntura, no âmbito duma linha de pesquisa transdisciplinar e de uma ampla intercompreensão histórico-literária da convivência entre culturas.

**Palavras-chave:** Goa, clérigos brâmanes, jesuítas, opróbrios, missão.

*Abstract: If, during the sixteenth century, the diplomatic relations between the Holy See and the Portuguese Padroado were of cooperation and diffusion of evangelization, several relational frictions arose in the early years of the seventeenth century, connected to the transference of missionaries, consecration of natural priests and with the mission's administration, which originated the creation of the Sacred Congregation of Propaganda Fide. Such instability has had repercussions in the Portuguese missions, particularly in Goa. The lack of missionaries, the increase of natural conversions and the refusal to ordain natural priests, created an atmosphere of conflict between European and Indian clerics. The supremacy of the religious orders and, in particular, the predominance of the Society of Jesus in Goa, was threatened. In this sense, this study analysis the fascicle 23 of the Fondo Gesuitico Collegia of the Archivium Romanum and wishes to highlight the historical and socio-cultural elements characteristic of this conjuncture, through a transdisciplinary view and an extensive historical and literary inter-comprehension of the coexistence between cultures.*

**Keywords:** Goa, Brahmins clerics, Jesuits, opprobrious, missions.

Durante a primeira metade do século XVII, a supremacia e influência portuguesa no Oriente, entra, progressivamente, em declínio (Almeida, 1970, p. 305) diminuindo, conseqüentemente, o seu prestígio. O domínio português vivia um período de grandes complicações políticas, económicas e, sobretudo militares que ameaçavam a solidez do Império Português no Oriente.<sup>ii</sup> A união das duas coroas que tivera lugar na Península Ibérica, em 1580, tinha provocado o desenvolvimento de uma série de conflitos político-sociais na Ásia. Algumas potências europeias que mantinham grandes antagonismos políticos com a Espanha, alargam-nos aos territórios portugueses. Foi o caso da Holanda, que em 1595, enviou para o Oriente uma expedição marítima sob o comando de Cornelis de Houtman (Loureiro, 2006) que chegou ao porto javanês de Banten<sup>iii</sup> e o da expedição inglesa comandada por James Lancaster que vagueou pelo oceano Índico entre 1591 e 1594, passando por algumas das ilhas mais ocidentais da Insulíndia. A presença das embarcações holandesas no Mar Índico eram uma ameaça constante, o que lhes facilitou a conquista de alguns territórios portugueses, como foi o caso de Malaca, em 1641, causando a diminuição do predomínio comercial português no Oriente (Loureiro, 2001, p. 150). Esta complexa conjuntura, vai afetar, de modo incisivo, o desenvolvimento das missões religiosas na Ásia instigando divergências entre as várias potências europeias, alianças com os nativos e, cada vez mais, impedimentos à progressão da evangelização.<sup>iv</sup> Todavia, com o decorrer do tempo, as ordens religiosas na Índia, foram adquirindo uma certa autonomia que lhes permitia agir paralelamente ao poder político local, se bem que durante o reinado filipino (1580-1640) tenha havido um maior controlo das atividades realizadas pelo clero regular que levou a um fortalecimento do clero secular. Após a Restauração e aclamação de D. João IV celebrada no dia 15 de dezembro de 1640, a Casa Real trata imediatamente de garantir a lealdade dos vassallos portugueses espalhados por todo o império. O novo monarca desejava ser reconhecido e legitimado e por isso, pede ao Vice-rei da Índia, João da Silva Telo e Meneses<sup>v</sup>, que remetesse para Lisboa todos os autos das celebrações realizadas nas várias praças do Estado da Índia<sup>vi</sup>. Era imprescindível garantir, honrar e asseverar a retomada da Coroa e o privilégio do Padroado<sup>vii</sup>. De facto, a complexa situação económica do Oriente refletia-se na administração do governo de Goa limitando as ações e obrigações políticas, nomeadamente no que tocava à manutenção do clero. O aumento de convertidos exigia, contudo, a presença de um maior número de missionários na região.

Il numero degli operai non é bastante per li Christiani gia fatti, e molto meno per le conversioni delli Gentili, e ciò perché l'Europa non può somministrare ne tanti quanti bisognono, ne si fanno missioni numerose come si soleva [...] (SRCG,192, f. 6v.)

Neste sentido, o Bispo Gerace, coletor de Portugal, escreve à Propaganda Fide, a 15 de dezembro de 1626, para pedir mais bispos para a Índia e refere que muitos sacerdotes e prelados se queixavam da dificuldade em conseguir dos ministros portugueses a sua provisão

[...] per le strettezze del denaro in che si trova hora quello Stato, al quale é necessario di mandar grosse soventioni d'Europa, ancor qui non s'habbia larghezza superflua. [...] dicendo i Ministri, che il Re spende molto in ogni Vescovo [...] (ASCPF, 131, f. l. 384)

A Sagrada Congregação de Propaganda Fide criada por Papa Gregório XV, em 22 de junho de 1622<sup>viii</sup>, tinha como finalidade, *conhecer, tratar e decidir todas as problemáticas relativas à difusão da fé no mundo*<sup>ix</sup> e abre uma nova era na história das missões religiosas marcando de forma indelével a ação do Padroado. O seu primeiro secretário, Arcebispo Francesco Ingoli (1622-1649), depois de ter recolhido várias informações sobre o estado da Igreja no Oriente, estabeleceu os métodos de apostolado a serem utilizados nas missões e impôs um espírito novo, segundo o qual, os missionários católicos estavam investidos de uma missão religiosa e não de uma missão política nacional; não deviam impôr a cultura europeia, mas antes pelo contrário deviam adaptar-se aos costumes dos povos a converter e deviam abster-se de se imiscuírem nas questões políticas, sem recorrer à força para difundir a fé. O objetivo era o de edificar a Igreja e, conseqüentemente, formar um possível clero indígena. (Ghesquière, 1937, p. II)

O apostolado missionário passava a estar centralizado na Santa Sé e todos os mandatos, diretivas, organizações e nomeações deviam sair de Roma. De acordo com o decreto de 24 de junho de 1623, todos os Superiores Gerais das famílias religiosas estavam obrigados a pedir autorização à Sagrada Congregação para enviarem os próprios missionários para as missões e a escrever um relatório completo anual sobre as condições e o desenvolvimento das mesmas.

As cortes ibéricas informadas sobre as novas medidas reagem e o Estado Português considera tal aplicação como uma ingerência e violação dos direitos concedidos ao Padroado. A intervenção da Propaganda Fide criou grandes atritos conflituais entre a Santa Sé e a Coroa Portuguesa, num contexto marcado pelo não reconhecimento da NAUS – Revista Lusófona de Estudos Culturais e Comunicacionais | Volume 1 | Número 2

independência portuguesa por parte do Papado, o que viria a acontecer apenas em 1669 (Tavares, 2002, p. 228). Padroado régio e ordens religiosas, tinham interesse em impedir a formação de um clero nativo e das hierarquias nacionais o que constituía um ponto de força da Propaganda Fide (Sorge, 1985, p. 57).

Em Goa, os missionários europeus e os sacerdotes naturais são os atores sociais desta controvérsia, que contrapõe poder temporal e poder religioso. A 29 de março de 1656, Pedro Borges<sup>x</sup>, padre secular português, apresenta aos prelados de Roma e nomeadamente à Propaganda Fide, representada pelo Cardeal Capponi<sup>xi</sup>, a situação paroquial de Goa e das suas ilhas. Um milhão de cristãos formava a cristandade, havia mais de 200 mil gentios, 145 vilas ou aldeias e 85 paróquias. As ordens religiosas presentes no território eram sete<sup>xiii</sup> com mais de 500 religiosos e cerca de 180 sacerdotes nativos. Na Ilha de Goa, 15 eram as paróquias governadas por sacerdotes indianos, em Juá uma, em Timir três e duas em Chorão. As outras 21, isto é 40% das paróquias de Goa (Melo, 1955, p. 167), eram governadas por clérigos portugueses das quais 11 tinham um vigário substituto, indiano. (Sorge, 1981, p. 125) Os territórios de Bardez e Salsete, incorporados pela Coroa portuguesa, em 1543, (Xavier, 2008, p. 154) encontravam-se distribuídos entre os franciscanos que ficaram com Bardez (24 paróquias) e os jesuítas com Salsete (59 aldeias). Em Tiswadi estavam os dominicanos e os jesuítas. (Wicki, 1954, p. 350-351) Inicialmente, esta espécie de acordo tácito entre o monarca português e as instituições religiosas permitiu a expansão do poder, mas com o decorrer do tempo revelou-se limitativo, pois os religiosos a quem tinham sido atribuídas as jurisdições territoriais e onde tinham sido criadas várias estruturas de cariz católico, não prescindiam, facilmente, dos seus benefícios. Por outro lado, os sacerdotes naturais sentiam-se perseguidos, vexados e limitados nas suas ambições eclesiásticas, nomeadamente pelos missionários jesuítas de Goa. Tal vexação estendia-se aos fiéis convertidos a quem se oprimia e carregava de imposições (Goa 23, f. 1v). A nomeação de sacerdotes para as paróquias era delicada e complexa, pois ser pároco, na Goa de seiscentos, era um privilégio, aos padres estavam reservados vários benefícios eclesiásticos. Eram, por isso, cargos ambicionados e quase sempre atribuídos a portugueses ou europeus. Assim, os padres diocesanos indianos ressentiam-se da presença das ordens religiosas que detinham perto de dois terços das paróquias (Thekkedath, 1982, p. 402). Na realidade, não existia uma política bem definida relativamente ao recrutamento de clero nativo que geralmente atuava como catequista ou auxiliar do clero regular europeu (Boxer, 1990, p. 25).

NAUS – Revista Lusófona de Estudos Culturais e Comunicacionais | Volume 1 | Número 2

Padre Manuel Mendonça (1593-1653)<sup>xiii</sup>, Provincial da Companhia de Jesus de Goa (1645-1648), imerso em tal situação de conflito local, escreve a 24 de dezembro de 1646, a D. João IV, numa tentativa de esclarecimento e avaliação das posições da Companhia e dos clérigos opositores. O seu *Memorial dos opróbrios impostos pelos clérigos Brâmanes de Goa aos Padres da Companhia de Jesus e dos louvores que os ditos clérigos Brâmanes de si escreveram apresenta a Vossa Magestade com sua resposta o Padre Provincial da Província de Goa da mesma Companhia [...]* (Goa 23), composto por 8 fólios e escrito em Goa, insere-se no âmbito da literatura de género epistolar enviada para a Europa pelos religiosos com o objetivo de informar, possivelmente de modo imparcial, o Papado, a Sagrada Congregação *de Propaganda Fide*, os Padres Superiores das Ordens Religiosas ou o Monarca, sobre os acontecimentos conjunturais políticos, sociais e religiosos nas missões. Expõe então as acusações feitas pelos sacerdotes brâmanes e as respetivas réplicas dos jesuítas.

Inicialmente, são apresentados os *Opróbrios dos clérigos Brâmanes contra os ditos Padres da Companhia de Jesus* (Goa 23, f. 1v), o uso intencional do termo ‘opróbrio’ para indicar as imputações que os sacerdotes brâmanes atribuíam aos jesuítas é muito significativo pois exprime o forte sentimento de vergonha, infâmia e desonra pública que se tinha apoderado do provincial e dos jesuítas. Além de serem acusados de terem a proteção do Vice-Rei da Índia, denunciava-se publicamente que possuíam um património e riqueza enormes, causa direta do aumento do poder político-social adquirido por eles em Goa e conseqüente comportamento não idóneo e em contradição com a doutrina do cristianismo que difundiam (Goa 23, f. 1v). Ao que Manuel Mendonça replica que

[...] os Padres da Companhia escaçamente têm fazendas para sustentar suas missões e colégios; e o poder que têm na Índia, não é mais, que o do bom exemplo, e virtude [...] e o do pouco, ou muito que ao Reino mandam se toma na Índia emprestado, para em Portugal se pagarem as muitas dívidas, e ganhos que lá têm. (Goa 23, f. 2v)

A *Lista das rendas e despesas da província de Goa da Companhia de Jesus*, de 1666, (Calado, 1957) demonstra que os jesuítas tinham adquirido, de facto, um papel económico hegemónico nas aldeias de Goa (Xavier, 2008, p.151ss) mediante a acumulação de bens, interferências no cultivo das terras, contratos de trabalho com os moradores das aldeias, posse de rendas, entre outros. Em Salsete, por exemplo, a metodologia de doutrina, conversão e confissão praticada pelos jesuítas, partia de um reconhecimento e conseqüente solução das necessidades e problemáticas que afligiam as

NAUS – Revista Lusófona de Estudos Culturais e Comunicacionais | Volume 1 | Número 2

populações locais. Quando os jesuítas entraram em Salsete, *as aldeias eram tão pobres e mal cultivadas que para se arrecadarem os foros reais, os Padres emprestavam dinheiro aos lavradores para pagarem os foros* (Goa 43a, f. 1r). Muitos agricultores eram obrigados a vender e hipotecar as suas fazendas, o que levava à perda de algumas aldeias como *Cauverim na freguesia de S. Aleixo, Aldeia Taulaulim na freguesia do Rosário, a Aldeia Vurna, na freguesia de S. Cruz, e outras*, no entanto, com o dinheiro emprestado conseguiam desfazer os retros e resgatar as ditas fazendas, podendo granjeá-las de novo pagando dívidas e foros (Goa 43a, f. 1r). Recorriam por isso aos padres

[...] para os comporem sem suas contendas, outros para casarem e dotarem orfãos, e ampararem viúvas pobres, outros para pedirem, e receberem dos ditos Padres suas esmolas, e todos para os socorrerem em seus trabalhos, que se pode afirmar, que os Padres fogem deles, por não poderem suportar seus rogos importunos, não sendo assim nas freguesias dos clérigos brâmanes, dos quais fogem porque como são negros como eles, em nada lhes podem ser bons, nem se lhes têm o respeito que aos Religiosos, nem lhes podem servir de mais, que de os apenas levar à pobreza que têm. (Goa 23, f. 1r)

A aquisição de uma posição económica dominante, nas aldeias de Salsete, é acompanhada pela desatenção das ordens reais e daquelas da Santa Sé (Rivara, 1858, p. 29) que decretavam que se recolhessem às próprias casas ou colégios e abandonassem as paróquias, nomeadamente as de Salsete, o que vai acontecer apenas em 1760. Reagem então os clérigos brâmanes que pretendiam [...] *excluir os Padres da Companhia das Igrejas e cristandade de Salsete e meter nela clérigos da terra*, escrevem a Sua Magestade em nome do povo [...] (Goa 43a, f. 1v) e apresentam a própria posição contestando a carta régia de 1607, que em relação à provisão das paróquias de Goa, estabelecia uma hierarquia prioritária, segundo a qual deviam ser atribuídas primeiro, aos clérigos seculares que conhecessem a língua local, depois aos religiosos que dominassem as línguas locais e tivessem sido destacados pela própria ordem para desempenharem as funções de párocos e, por fim, aos sacerdotes canarins, o que significava que era quase impossível para estes serem nomeados párocos. Como fundamento tinham o *Decreto circa l'ordinazione sacerdotale degli autoctoni*, de 28 de novembro de 1630 (Sorge, 1985, p. 65) que afirmava que nas Índias ocidentais e orientais também existiam pessoas idóneas para o sacerdócio, tal como os naturais que já trabalhavam na administração e noutros cargos temporais. A posição de contraste personificada pelos sacerdotes naturais era incompreensível para os jesuítas, visto que eles eram formados nas escolas<sup>xiv</sup> da Companhia de Jesus até se fazerem clérigos de

missa, motivos que tinham motivado os Arcebispos Primazes, Fr. Sebastião de S. Pedro (1624-1629)<sup>xv</sup> e Fr. Francisco dos Mártires (1635-1652) a afirmarem que os *faziam soberbos com tantos favores* (Goa 23, ff. 1v-1r). No *Catalugus Puerorum Collegii S. Pauli* (Wicki, 1954, pp. 483-488) que inclui o *Rol dos meninos que há no colégio de 1556*, a lista dos 110 alunos do colégio é elaborada segundo um critério de proveniência, que comparado com o *Catalugus Sociorum Provinciae Indicae et Puerorum Collegii S. Pauli* de 1557, onde se encontra o *Rol dos moços e toda a mais gente que está neste colégio* (Wicki, 1954, p. 788) que apresenta um aumento de 23 moços (e que contém também o *Rol dos Padres e Irmãos que estão neste Colégio de S. Paulo*) (Wicki, 1954, p. 783) é evidente o aumento do número de meninos canarins no colégio.

NATURALIDADE	ROL DOS MENINOS (1556)	ROL DOS MOÇOS (1557)
Abexins	6	1
Arménios	1	1
Bengaleses	5	5
Cafres	3	4
Canarins	21	40
Castiços <sup>xvi</sup>	10	9
Chineses	5	6
Decanis	4	1
Guzarates	1	2
Jaus	-	4
Macaçarês	-	1
Malabares	13	9
Malucos	-	1
Mestiços	15	18
Mouros	5	6
Pegus	2	2
Portugueses	19	15
	-	9 moços cativos de casa <sup>xvii</sup>

Havia de facto, uma preocupação em aumentar o número de religiosos na Ásia, Inácio de Loyola, via nestes meninos o futuro da Companhia nas missões e é neste sentido que escreve em 11 de outubro de 1549, uma carta de Roma a Francisco Xavier, aconselhando-o a admitir naturais nas fileiras da Ordem (Wicki, 1948, 78, pp. 510-515), iniciativa continuada também por Padre Borgia e Padre Laynez (Melo, 1955, p. 166).

Véase si habría algunos de aquellas naciones, dignos de ser admitidos para la compañía, siendo probados y conocidos a la larga, o a lo menos procurése de habilitarlos para que sean operarios que puedan ayudar a lo Obispo o a la Compañía [...] (Hispania, 68, f. 7v-8r).

Apesar de tudo, as portas do colégio fecham-se para os nativos e mestiços a partir de  
NAUS – Revista Lusófona de Estudos Culturais e Comunicacionais | Volume 1 | Número 2

1579. A carta do Padre Geral Everard Mercurian ao Provincial de Goa Rui Vicente (1574-1583), afirma que quer os mestiços quer outros nascidos em Goa, poucos entraram na Companhia, por isso,

Juzgamos que ultra de los que san del todo naturales de la tierra (los cuales em ninguna manera se deben por agora recibir sino en el Japón), no conviene también recibir mestizos. Y quanto a los castiços o del todo europeos, pero nascidos o criados em essas partes, nos parece que no se deben recibir, sino muy raro [...] (BVE, 1255/47, f. 1r).

A questão relativa à formação e ordenação dos clérigos naturais era uma problemática inerente à realidade goesa, relacionando-se profundamente com a proveniência social dos noviços. Recorde-se a decisão do 5º Concílio Provincial de Goa relativa à admissão e ordenação apenas daquelas castas consideradas nobres, isto é, chardós e brâmanes, o que segundo Carlos Mercês e Melo, se justificava porque [...] *the other christians and the pagans held those castes in greater esteem and respect* (1955, p. 143). Se o Arcebispo Frei Aleixo de Menezes (1596-1611) que perseguia uma política pessoal de indigenação dos cargos eclesiásticos, nomeou sacerdotes nativos para algumas paróquias de Goa, do Canará e Baçaim, e Frei Belchior da Silva, como vigário-geral para a Etiópia (Frias, 1702, p.152), já o seu sucessor, Cristóvão de Sá e Lisboa (1610-1622), bispo de Malaca desde 1604, jurou que jamais ordenaria um indígena e quando Mateus de Castro (1594-1677)<sup>xviii</sup>, filho de brâmanes convertidos ao Cristianismo, sente a vocação ao sacerdócio (SCdPF, 194, fl. 353v) e se lhe apresenta diante pedindo o sacramento da ordem, obtém uma resposta negativa (Xavier & Županov, 2015, p. 21).<sup>xix</sup>

Afirmavam ainda os clérigos brâmanes que os padres jesuítas ignoravam a ‘língua dos naturais’ e por isso, não podiam contactar, comunicar e ensinar os mistérios da fé às populações locais. Ora, tal acusação não era infundada, de facto, para praticarem o sacramento da confissão tinham que ter a presença de um *lingoa* ou, então, tinham que apresentar um catálogo dos pecados<sup>xx</sup>, o que afastava os fiéis do sacramento. Tudo isto, porque não permitiam aos clérigos da terra confessar nas próprias igrejas (Goa 23, f. 1r). A este propósito, afirmava o Cavaliere Giovanni M. Antica, representante da Sagrada Congregação Propaganda Fide em Goa, na sua *Relazione* de 4 de março de 1628, que era melhor entregar as igrejas *alli sacerdoti naturali di questo Arcivescovato* porque poucos frades sabiam a língua e confessavam com intérprete ou até mandavam chamar um padre natural para que confessasse, sobretudo se se tratava de mulheres que não confiavam no intérprete. (SCPF, 131, ff. 415-417) António de Melo de Castro, Vice-Rei, NAUS – Revista Lusófona de Estudos Culturais e Comunicacionais | Volume 1 | Número 2

escreve para a Corte, em 28 de Janeiro de 1666 :

Consta-me que poucos ou nenhuns dos Vigários de Salcete sabe a lingua e se ajudam de Clérigos naturaes na administração dos Sacramentos. Deve-se de considerar como se fará uma confissão em uma noite de inverno, uma légua de caminho; e se não vai o pastor, como irá o mercenário? [...] O Cabido provê às Igrejas em quem lhe parece, e também não manda fazer os exames; e o pior é que me escreve a mim que sabem a língua, sabendo eu o contrário. Tudo verá V. Magestade dos papéis juntos. A mim me pareceu que não convinha proceder por ora com os termos, que V. Magestade tem ordenado, porque seria descompor tudo, e esta gente sofre mal o freio, e é necessário temperar a mão de maneira que pare, mas que não escandalise ; e determino hr pouco a pouco fazendo mudar os sujeitos como poder ser, sem que se sintam; com que será fácil impedir depois que esta ordem se mude. (Rivara, 1858, p. 29)

Contrapõe Manuel Mendonça que os padres jesuítas *sabem com tanta excelência a língua dos naturais, e fregueses, que além de pregar nela com grande audácia, e condição*, escreveram muitos livros nela, tendo imprimido duas cartilhas, duas artes de gramática, um *flos sanctorum*, e quatro tomos da Purana *em que se tratam, e desfazem os erros gentílicos, e se declaram os mistérios da nossa santa fé em língua mais política, e alteada, que é como os em latim, e são poucos os brâmanes que a entendem*. (Goa 23, f. 1r) Além disso, existiam outros à espera de serem impressos<sup>xxi</sup>, mas nenhum sem clérigo brâmane se tinha atrevido a escrever um breve manual.

[...] todos sabem confessar, e confessam na língua da terra. E muitos têm tanta notícia e facilidade nela, que não só fazem as ordinárias orações, mas pregam nas formas, e festas ordinárias do ano com muita satisfação, [...] na língua canarina [...] (Goa 43a, f. 1v)

De facto, os missionários jesuítas deviam aprender e estudar as línguas locais, revelam-no diversas cartas enviadas aos Superiores da Companhia de Jesus em Roma. Um exemplo: em 1649, escreve o Provincial de Goa, Frei Tomé de Barros ao Geral Padre Oliva:

E fiz uma ordem que todos os que não soubessem a língua de maneira que pudessem fazer uma estação, trouxessem por seu turno o dia da junta que se faz cada mês no Colegio de Rachol um capítulo das doutrinas canarins, pera que três quartos antes da ceia, diante de todos os vigários construísse aquele Capítulo, e desse rezão da gramática e de toda a significação que tivessem os nomes e verbos que naquele houvesse. É bem verdade que hoje em Salcete há muitos Padres doutíssimos na língua, e outros ainda que o não são tanto [...] (Goana 9.1.310, f. 189v)

Quanto à proibição dos clérigos brâmanes confessarem nas próprias igrejas, ela não

existia desde que fossem *aprovados pelo Prelado, e de bem viver*, a questão era que os brâmanes *se desprezam de se confessarem com eles e só o fazem com os ditos Padres da Companhia como cada dia se vê em Salcete, e eles ditos clérigos experimentam, com não pequena mágoa sua* (Goa 23, f. 2v). Para além do património necessário à sobrevivência, os sacerdotes naturais para exercerem, deviam ter a aprovação do Arcebispo de Goa e da Santa Sé. É uma referência evidente a Mateus de Castro que regressa à Índia com a aprovação eclesiástica romana, mas não possuía aquela do Arcebispado de Goa e, portanto, não podia exercer as suas funções. Confirmação da ausência de uma regulamentação relativa à ordenação dos indianos, se bem que na China e no Japão existissem numerosos sacerdotes naturais (Melo, 1955, p. 217).

Nos *Louvres e abonos, que os clérigos bracmanes de si dizem e escreveram* (Goa 23, f. 2v), o uso do substantivo abono como acto ou efeito de abonar ou elogiar, sublinha uma vez mais a posição e prevenção dos jesuítas relativamente à colaboração do clero nativo na evangelização, há uma referência especialmente a Mateus de Castro e à sua atividade missionária.

[...] o Bispo Dom Mateus de nação bracmane foi sempre fiel vassalo de Vossa Magestade, e que com grande zelo das almas, e despesa de sua fazenda, fora a Visapor Corte do Rey Hidalcão a pedir licença para pregar o Evangelho em seus reinos, e que com efeito fizera uma Igreja em Bicholim terra de mouros, e uma copiosa Cristandade, com a qual corriam muitos clérigos bracmanes. (Goa 23, f. 2v)

Esta ‘cristandade’ constituída por igrejas ricas de ornamentos e pratas, tinha escolas de ler, escrever e aprender música e os sacerdotes falavam a língua local tanto que [...] *os Inquisidores Apostólicos se ajudam deles* [...] para que descubram os erros gentílicos (Goa 23, f. 2v-2r). O Provincial é informado sobre a existência da igreja de Bicholim através do clérigo brâmane, Bernardo Coutinho, vigário da ilha de Chorão que o avisava acerca daquele escândalo. Os jesuítas já tinham estado nessa terra de mouros e entre estes, no ano de 1645, Manuel Mendonça, na sua condição de Provincial da Companhia de Jesus.

[...] eu fui a Corvari distante de Goa três dias de caminho, por me dizerem que os clérigos bracmanes cultivavam naquela paragem uma grande Cristandade, por ordem do dito Bispo Dom Mateus; aonde não achei mais que uma palhota de vinte palmos de comprido, e doze d’alto, com uma banca no topo, ocupada com algumas coisas de comer, como arroz, legumes, figos, etc. E ao pé dela um gentio, que as vendia; e perguntando a uns cristãos pedreiros, que de Salcete foram ali trabalhar

em uma fortaleza do Governador da terra, aonde estava a igreja? Me responderam, que era aquela, e a banca o altar, e que dois clérigos brâmanes iam ali duas vezes no ano assistir por espaço de oito dias, nos quais se saía o vendedeiro para fora, e eles diziam missa sobre a banca, e depois quando voltavam para Goa, deixavam a palhota alugada ao gentio, baptizando-a em Goa por uma sumptuosa Igreja. (Goa 23, f. 2r-3v)

As escolas eram dirigidas e governadas por mulheres de Salsete que tinham sido alunas das escolas da Companhia, por isso, os meninos que nelas aprendiam não eram tão destros, nem tão bem doutrinados e os naturais não consentiam de modo nenhum que os clérigos brâmanes os castigassem. E ainda que a língua lhes fosse natural, não entendiam bem o latim nem a força da língua portuguesa, não sabiam verter bem esta na sua e assim quando alguns pregavam nela, muito poucos, davam alguns erros substanciais em matéria da fé e os fregueses não os entendiam. Os erros gentílicos, que os brâmanes descobrem sucede quando servem de línguas, e intérpretes aos Inquisidores para as pessoas que não sabem português.

Para Manuel Mendonça, os clérigos brâmanes pretendiam excluir os Padres da Companhia das paróquias, mas não por questões linguísticas, antes pelo contrário, porque sabiam e entendiam a língua mais do que eles queriam, a razão era de estado, pois cada Padre da Companhia em cada Igreja era um capitão e uma fortaleza, que assegurava as ditas terras do monarca português (Goa 23, f. 3v-r). Conclui o Provincial que natureza dos naturais e principalmente aquela dos brâmanes eram gente trefa e treda *e por terem as naturezas tão avessas andam em contínuas brigas, lidas, e contendadas, e o maior trabalho que os Padres da Companhia têm, é em os andarem sempre compondo. E sendo os Vigários também brâmanes não lhes hão os naturais desobedecer, e as contendadas hão de crescer cada vez mais, porque não há de haver quem os componha; e a cristandade h-de definhar e perecer* (Goa 23, fl. 4v-r).

Dez anos mais tarde, Pedro Borges exprime-se a favor da concessão das paróquias aos sacerdotes naturais, mas tem a perfeita consciência de ir contra a posição dos regulares, defensores acérrimos dos seus privilégios e do Padroado, não obedecem ao Papado e proclamando-se fiéis ao monarca português. Por este motivo aconselha o Papado a agir, primeiro, junto dos padres gerais das várias ordens religiosas pois qualquer iniciativa sem o apoio do Rei de Portugal seria em vão e a nomear um núncio apostólico para a Índia que convocasse um sínodo para toda a cristandade do Oriente. E conhecendo bem a índole dos indianos, sobretudo dos brâmanes em observar as regras antigas *in guisa* NAUS – Revista Lusófona de Estudos Culturais e Comunicacionais | Volume 1 | Número 2

*che anche di presente sono nel gentilesimo religiosi di vita austera ch'osservano castità e povertà*, visto que nenhuma ordem religiosa estava disposta acolhê-los, aconselha a Santa Sé a conceder-lhes a possibilidade de se congregarem em Goa sob uma *Regra* que fosse também adequada para mulheres. (Sorge, 1981, p. 134 e 138-139). Dois anos mais tarde, a Constituição de Alexandre VII, de janeiro de 1658 condenava os abusos que se verificavam na Índia e ordenava que acolhessem nos seminários os nobres naturais, que não se recusassem os benefícios eclesiásticos ao clero secular e que pudessem confessar. Um ano depois, o mesmo Papa escreve ao Vigários Apostólicos da Indochina afirmando que tinham sido enviados para aquelas terras com a finalidade de formarem um clero nativo. (Perbal, 1935, p. 258) A 3 de setembro de 1669, Clemente IX<sup>xxii</sup>, proíbe os sacerdotes europeus de insultar os seus companheiros indígenas, prescrevendo que os acolhessem com caridade e os deixassem confessar. As ordenações de clérigos naturais foram crescendo ao longo do tempo e em 1705 existiam em Goa 2500 sacerdotes seculares nativos<sup>xxiii</sup> abrindo as suas portas das ordens regulares.

**Referências bibliográficas****Manuscritas**

Archivio Storico della Sacra Congregazione *de Propaganda Fide* (ASCPF)

. Scritture dei Congressi delle Indie Orientali-Cina, Vol. 1, 1623-1674, ff. 68r-84v.

. Scritture dei Congressi Generali (Lusitania, India, Japonia), Vol. 192, fl. 6v.

. Scritture dei Congressi delle Indie Orientali-Cina, Vol. 131, fl. 415v-417r.

Archivium Romanum Societatis Iesus (ARSI)

. *Collegia*, Dossier 9, Goa 21, 23, 43a.

. *Goana* 9.1.310, f. 189v.

. *Goana* 40, ff. 188v-190r e 9/1/310, f. 189v.

. *Hispaniae*, n. 68, ff. 7v-8r.

Biblioteca Nazionale Centrale Vittorio Emanuele di Roma (BNVE)

Ms. Sezione 1255/47, *Sobre receber os da Índia na Companhia*.

**Impressas:**

Almeida, F. (1967-71). *História da Igreja em Portugal*. Porto: Portucalense.

Baião, A. (1949). *A Inquisição de Goa, Tentativa de história da sua origem, estabelecimento, evolução e extinção*. Vol. I, Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa.

Borges, C. J. (1989). "Foreign Jesuits and Native Resistance in Goa (1542-1759)". Souza, Teotónio R. de, *Essays in Goan history*. New Delhi: Concept Publishing Company, pp. 69-80.

Boxer, C. R. (1988). "Jesuits Education in Goa (16th -18th centuries)". P. P. Shirodkar, ed., Goa: Cultural trends, Panaji-Goa: Directorate of Archives, Archaeology, and Museum, Government of Goa, pp. 153-154.

. (1990) *A igreja e a expansão ibérica*. Lisboa: Edições 70.

Calado, A. A. (1957). "Um documento seiscentista da Companhia de Jesus". *Brotéria*.

NAUS – Revista Lusófona de Estudos Culturais e Comunicacionais | Volume 1 | Número 2

Lisboa, n. 64, pp. 11-19.

Chappoulie, H. (1943). *Aux origines d'une église. Rome et les missions d'Indochine au XVIIIe siècle*. Vols. 2, Paris: Bloud et Gay.

Coutinho, F. (1958). *Le Régime paroissial ds Diocèses de rite latin de l'Inde des Origines (XVIe siècle) jusqu'à nous jours*. Louvain-Paris: Pul & ed. Béatrice-Nauwelaers.

Cruz, M. B. (2003). "O Padroado Português do Oriente". *Didaskalia*. vol. XXXIII, Lisboa, pp. 239-255.

Frias, A. J. (1702). *Auréola dos índios e nobiliarquia bramana*. Lisboa: Officina Miguel Deslandes.

Ghesquière, T. (1937). « Mathieu de Castro, premier vicaire apostolique aux Indes – Une création de la Propagande a ses débuts ». *Bibliothèque de la Revue d'Histoire Ecclésiastique*. Fasc. 20, Louvain: Bureaux de la Revue.

Gomes, J. M. (2006). "D. Frei Aleixo de Meneses, Goa – Braga: trajetcos de uma missão". *Theologica*. 2.<sup>a</sup> Série, n. 41, 2, Braga, pp. 359-393.

Hull, E. R. (1920). *Bombay Mission-History, with a special study of the Padroado Question*. vol. 2, Bombay: Examiner Press.

Kamat, P. (1989). "Some protesting priests of Goa". *Essays in Goan History*, New Delhi: Concept Publishing Company.

Loureiro, R. M. (2006). "Uma cidade cercada: Malaca durante a União Ibérica (1580-1640)". *e-Spania*, 25 octobre 2016, URL : <http://journals.openedition.org/e-spania/25971>.

. (2001) "Discutindo a formação da presença colonial portuguesa em Timor".

*Lusotopie*, n. 8, Paris: Karthala, pp. 143-155.

Melo, C. M. (1955). *The recruitment and formation of the Native Clergy in India (16yh-19<sup>th</sup> century), an historico-canonical study*. Lisboa: Agência geral do Ultramar, Divisão de Publicações e Biblioteca.

Metzler, J. (1971). "Francesco Ingoli, der erste Sekretär der Kongregation (1578-1649)". *Sacrae Congregationis de Propaganda Fide memoria rerum*. Vol. 1/1, Roma-Freiburg-Wein, pp. 192-243.

Moraes, G. M. (1964). *A History of Christianity in India, from early times to St. Francis Xavier, (AD 52-1542)*. Bombay: Manaktalas.

NAUS – Revista Lusófona de Estudos Culturais e Comunicacionais | Volume 1 | Número 2

Nazareth, C. C. (1927). *Mitras lusitanas no Oriente: catalogo chronologico-historico dos prelados da Egreja Metropolitana de Goa e das dioceses suffraganeas, com a recopilação das ordenanças por elles emittidas e summario dos factos notaveis da historia ecclesiastica de Goa*. Lisboa: Imprensa Nacional.

Perbal, P. A. (1935). “Il punto nevralgico nella questione del clero indigena”. *Il pensiero missionario*. n.s junho, setembro e dezembro, Roma: Unione Missionaria del Clero.

Rêgo, António da Silva (1978). *O Padroado Português no Oriente e a sua Historiografia (1838-1930)*. Lisboa: Academia Portuguesa de História.

. (1940). *O Padroado Português do Oriente*. Lisboa: Agência Geral das Colónias.

Rivara, J. H. C. (1992). *Archivo Portuguez Oriental*. Fascículo 4, Nova Delhi-Madrasta.

Rodrigues, F. (1921). *A Companhia de Jesus em Portugal e nas missões*. Porto: Tip. Emp. Literária e Tipográfica.

Sá, F. X. V. (2004). *O Padroado português do Oriente e os mitrados da Sé de Goa*. Lisboa: Plátano Editora.

Sorge, G. (1985). *Il ‘Padroado’ Regio e la S. Congregazione ‘De Propaganda Fide’ nei secoli XIV-XVII*. Bologna: Editrice Clueb.

. (1981) “Una relazione inedita di Pietro Borges alla Congregazione de Propaganda Fide sulla condizione dei cristiani indiani nel sec. XVII”. *Atti della Accademia delle Scienze dell’Istituto di Bologna, Classe di Scienze Morali*. Rendiconti, Note presentate da Accademici, vol. LXIX, Fascicolo I e II, (1980-1981), Bologna: Tipografia Compositori, pp. 101-140.

Souza, T. R. (2008). “O Padroado português do Oriente visto da Índia”. *Revista Lusófona de Ciência das Religiões*. Ano VII, n. 13/14, Lisboa: Universidade Lusófona, pp. 413-430.

Subrahmanyam, S. (1998). “Dom Frei Aleixo de Meneses et le l’échec des tentatives d’indigénisation en Inde ». *Archives de Sciences Sociales des Religions*. 103, Paris, pp. 21-42.

Tavares, C. C. S. (2002). *A cristandade insular: jesuítas e inquisidores em Goa (1540-1682)*. Niterói: Universidade Federal Fluminense.

Thekkedath, J. (1982). *History of Christianity in Indian, From the beginning up to the*  
NAUS – Revista Lusófona de Estudos Culturais e Comunicacionais | Volume 1 | Número 2

*Middle of the Sixteenth Century*. Bangalore: Church History Association of India.

Xavier, Â. B. e Županov, I. (2015). *Catholic Orientalism. Portuguese Empire, Indian Knowledge (16th-18th centuries)*, New Delhi: Oxford University Press.

Xavier Â. B. (2008). *A Invenção de Goa. Poder imperial e conversões culturais nos séculos XVI e XVII*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.

Wicki, J. (1989). *Archivium Historicum Societatis Iesu*, Periodicum Semestre, Anno LVIII. Fasc. 116, Roma: Compagnia di Gesù, Luglio-Dicembre.

. (1954) *Documenta Indica (1553-1557)*. III, Vol. 74; (1950). *Documenta Indica (1550-1553)*. II, Vol. 72; (1948). *Documenta Indica (1550-1553)*. I, Vol. 70, Roma: Monumenta Historica Societatis Iesus.

Županov, I. (2005). “Missionary Tropics – The Catholic Frontier in India (16<sup>th</sup>-17<sup>th</sup> Centuries)”. *History, languages and cultures of the Spanish and Portuguese worlds*. Ann Arbor: University of Michigan Press.



O trabalho NAUS – **Revista Lusófona de Estudos Culturais e Comunicacionais** está licenciado com uma Licença [Creative Commons - Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/).

NAUS – Revista Lusófona de Estudos Culturais e Comunicacionais | Volume 1 | Número 2

<sup>1</sup> Estudo realizado no âmbito do Projeto *Entre-Culturas: escritas e conjunturas seiscentistas goesas*, Proc. 2016/19746-0 e do Projeto Temático *Pensando Goa*, Proc. 2014/15657-8, financiados pela FAPESP.

<sup>2</sup> Recorde-se aqui que o interesse económico e comercial que tinha impulsionado os portugueses a dirigir-se para Oriente era coadjuvado pelo privilégio do Padroado concedido pelo Papado aos Monarcas portugueses, o qual lhes dava a *faculdade de fundar e erigir igrejas nas suas conquistas, e de as prover do clero necessário* (Rego, 1940, p. 8). O privilégio do Padroado foi instituído pela Bula Papal de Martinho V, de 4 de abril de 1418, *Respublica Christiana*, que sancionava a nova cruzada contra os mouros do Norte de África e a ereção da Sé de Ceuta. Em 1442, o Papa Eugénio IV confirmou a doação feita pelos Reis de Portugal D. Duarte (1433-1438) e D. Afonso V (1438-1481) ao Infante D. Henrique, Administrador da Ordem de Cristo, de todas as conquistas e descobertas que se viessem a fazer. Era um documento pontifício importante pois mencionava o *ius patronatos* pela primeira vez. (Sá, 2004, p. 15) e Cruz, 2003, p. 239). Mais tarde, Papa Nicolau V, 18 de Junho de 1452, concederá a D. Afonso V e seus descendentes o direito de conquistar e subjugar todos os reinos e terras de infiéis, e com a *Bula Romanus Pontifex* de 8 de Janeiro de 1455, a faculdade de fundar e erigir igrejas nas suas conquistas, e de as prover com o clero necessário. Em 1472, Sixto IV (1471-1484), em carta ao Arcebispo de Lisboa e ao Bispo de Lamego, estabelecia de novo o *direito de Padroado para fundar dioceses, estabelecer igrejas, provê-las de pessoal, sustentá-las, etc.* (Rego, 1940, p. 9), e em 1481 confirmava todos os favores e privilégios anteriormente concedidos por Nicolau V e Calisto III. Com o envio da embaixada de Portugal a Roma, em 1514, deslumbrou a corte pontifícia e por Bulas *Dum Fidel Constantiam* de 7 de junho e *Praeclarae Devotionis* de 3 de novembro daquele ano, Leão X confirma o direito de Padroado ao rei de Portugal. No ano de 1521, D. João III recebe da parte da Santa Sé o direito de nomear bispos e outros eclesiásticos e o dever de propagar a fé cristã. A Santa Sé, preocupada e ocupada com os problemas que tinha na Europa, concede aos portugueses o domínio dos mares e terras por conquistar, para as quais podiam apresentar bispos, deões e cónegos das sés. O Padroado português nasce, pois, como um direito, acordado mediante um contrato bilateral, não podendo admitir derrogação, independentemente da existência de domínio político da coroa portuguesa.

<sup>3</sup> Identificada nas fontes quinhentistas portuguesas como Sundra.

<sup>4</sup> Por esta altura, a França começa a estruturar a sua própria expansão e institui, em 1651, a *Société des Missions Étrangères* de Paris que dependia da Sagrada Congregação de Propaganda Fide (Rego, 1978, p. 19) criada em 1622 pelo Papa Gregório XV (1621-1623). Esta nova situação não agradou ao monarca português, vindo a criar-se situações de atrito e de acusações contra os missionários do Padroado Português, especialmente contra a Companhia de Jesus.

<sup>5</sup> Nascido no último quartel do século XVI, João da Silva Telo de Meneses era o filho mais velho do segundo casamento de Diogo da Silva, regedor da Casa da Suplicação com Margarida de Meneses, filha de João Teles de Meneses, governador de Lisboa. Alcaide-mor de Lagos, foi capitão-general do Algarve e Governador de Mazagão desde 23 de março de 1623. Participou na reconquista da Baía em 1625. Vice-Rei da Índia, para onde partiu a 26 de março de 1640, e donde voltou a 26 de agosto de 1646, Regedor das Justiças, 2ª vez Vice-Rei da Índia, com promessa do título de Marquês de um dos lugares, de que era donatário. Faleceu em 1651, em Moçambique. Por Carta de Filipe IV de 24.02.1640, foi agraciado com o título de 1º Conde de Aveiras, registrado no Livro 37, pág. 33, da Chancelaria, e depois, por outra Carta de 09.02.1650, tornou-se este título de juro e herdade para todos os seus sucessores, conforme consta da Chancelaria de D. João VI, livro 15, fol. 265. Membro do Conselho de Estado e Guerra do Rei D. Felipe IV, e do Rei D. João IV. Comendador de Arouca na Ordem de Cristo, e de Moguelas na Ordem de Santiago.

<sup>6</sup> Arquivo Nacional da Torre do Tombo de Lisboa, Livro das Monções, livro 49, fs. 1-4.

<sup>7</sup> Privilégio instituído pela Bula Papal de Martinho V, de 4 de abril de 1418, *Respublica Christiana*, que sancionava a nova cruzada contra os mouros do Norte de África e a ereção da Sé de Ceuta. Em 1442, o Papa Eugénio IV confirmou a doação feita pelos Reis de Portugal D. Duarte (1433-1438) e D. Afonso V (1438-1481) ao Infante D. Henrique, Administrador da Ordem de Cristo, de todas as conquistas e descobertas que se viessem a fazer. Era um documento pontifício importante pois mencionava o *ius patronatos* pela primeira vez. (Sá, 2004, p. 15 e Cruz, 2003, p. 239). Mais tarde, Papa Nicolau V, 18 de Junho de 1452, concederá a D. Afonso V e seus descendentes o direito de conquistar e subjugar todos os reinos e terras de infiéis, e com a *Bula Romanus Pontifex* de 8 de Janeiro de 1455, a faculdade de fundar e erigir igrejas nas suas conquistas, e de as prover com o clero necessário. Em 1472, Sixto IV (1471-1484), em carta ao Arcebispo de Lisboa e ao Bispo de Lamego, estabelecia de novo o *direito de Padroado para fundar dioceses, estabelecer igrejas, provê-las de pessoal, sustentá-las, etc.* (Rego, 1940, p. 9), e em 1481 confirmava todos os favores e privilégios anteriormente concedidos por Nicolau V e Calisto III. No ano de 1521, D. João III recebe da parte da Santa Sé o direito de nomear bispos e outros eclesiásticos e o dever de propagar a fé cristã. Para saber mais: Rego, 1949 e Sá, 2004.

<sup>8</sup> Bula *Inscrutabili divinae providentiae arcano*.

<sup>9</sup> Constituição *Inscrutabili divinae* do dia 22 de junho de 1622, in *Collectanea Sacrae Congregationis de NAUS – Revista Lusófona de Estudos Culturais e Comunicacionais | Volume 1 | Número 2*

*Propaganda Fide*, Tomo I, Roma, 1907, p. 2-4 n. 3.

<sup>10</sup> Em 1646, D. Pedro Borges é enviado pelo Bispo D. Francisco de Castro (1574 -1653)<sup>i</sup>, Inquisidor Geral de Portugal, como Notário do Tribunal da Inquisição de Goa (ASCPF, Ms. 25,1,004 n.168, f. 398r), função que desempenhou até 1551 sendo depois transferido, como pároco, para a paróquia de Santa Lúcia (Sorge, 1981, p. 102), situada em Daugim e construída por volta de 1541 (Mendes, 1997, p. 168). Permaneceu em Goa durante dez anos (1646-1656), após os quais, pensando que nem o Rei de Portugal nem o Papado fossem corretamente informados acerca do que se passava nos ambientes eclesiais do Oriente, decide viajar para Roma. No mês de março de 1655, embarca para a Europa, na companhia de Padre António de Pinho, brâmane, vigário da paróquia de Santa Ana de Goa e chegam a Roma no dia 2 de fevereiro de 1656, apresentando-se diante do Embaixador de Portugal e da Propaganda Fide.

<sup>11</sup> Perfeito da Sagrada Congregação de *Propaganda Fide* de 1644 a 1659. (Sorge, 1981, p. 103, nota 3).

<sup>12</sup> Franciscanos, observantes e reformados, dominicanos, agostinhos, carmelitanos descalços, jesuítas e teatinos.

<sup>13</sup> Padre Manuel Mendonça (Mourão, 1593 - Goa, 29 de abril de 1653), entrou para a Companhia em 1608 e professou em 20 de junho de 1632 ((AHSI n. 39 (1970) p. 123), foi superior, reitor dos colégios de Taná, Damão e do noviciado de S. Paulo Novo. Depois de ter sido companheiro de um Provincial foi nomeado Provincial de Goa (1645-1648) (Rodrigues, 1921, p. 17 e Wicki, 1989, p.123, n. 33). No dia 7 de julho de 1648 é nomeado deputado do Santo Ofício (Baião, I, p. 173-174). Francisco de Castro, Bispo da Guarda (1574-1653), cita-o, no seu *Ofício* endereçado à Inquisição de Goa (Ms 25,1,004 n.168, f. 398v). Além disso, a congregação provincial realizada a 16 de outubro de 1647 foi aberta pelo líder provincial Manuel de Mendonça.

<sup>14</sup> [...] onde aprendiam a contar, cantar, ler e escrever, dançar e tocar vários instrumentos além de serem formados em Latim, Filosofia, Teologia, Moral, e especulativa [...] (Goa 23, f.1v).

<sup>16</sup> Fr. Sebastião de S. Pedro, era um agostinho, foi o primeiro bispo de Meliapor, nomeado em 1605 e tendo tomado posse em 1610. Defendeu esta cidade dos holandeses e conquistou-lhes o forte de Paleacate. Nomeado bispo de Cochim, em 1615, foi encarregado do governo da Arquidicocese de Goa a partir de 1622, sendo nomeado arcebispo em 1625. (Sá, 2004, p. 68)

<sup>17</sup> Lusitanos, nascidos na Índia (Wicki, 1954, nota 16, p. 789).

<sup>18</sup> Refere-se ao número de mainatos que se ocupavam dos serviços de casa e cuja a presença nas casas jesuítas, já Francisco Xavier dava notícia a Inácio de Loyola. (Wicki, 1950, pp. 351, 361-362).

Primeiro vigário apostólico nativo a ser instituído nos países das missões (Nazareth, 1927, p. X).

<sup>19</sup> Era o segundo jovem brâmane a querer receber o sacramento da ordem sacerdotal. Antes dele, o brâmane Pedro Luís (c. 1532–1596) nascido em Quilon e convertido ao cristianismo com a idade de quinze anos, foi o primeiro indiano a entrar na Companhia de Jesus, sendo ordenado sacerdote por Alessandro Valignano, em 1575, tendo exercitado a sua missão principalmente na Costa de Travancor e da Pescaria. (Wicki & Gomes, 1984, p. 979 e 1988, p. 680).

<sup>20</sup> Discurso do Secretário da Propaganda Fide feito durante a sessão de 18 de agosto de 1657 (ASCPF, 1657, f. 297v-297r).

<sup>21</sup> [...] um *flos sanctorum* em verso, três vocabulários, um livro d'exemplos, um livro de Deus Trino, e uno, da imortalidade d'alma, e vários mistérios de nossa santa fê; mais outros dois livros da Purana em verso, um livro dos Evangelhos do ano, um da vida de S. Pedro, com várias coisas pertencentes à fé Apostólica, um sermão para todos os Evangelhos, e faltas do ano, um livrinho de cantigas espirituais, e outros [...] (Goa 23, f. 2v)

<sup>22</sup> Bolla *Sollicitudo Pastoralis Officii*, enviada no dia 17 de Junho de 1669.

<sup>23</sup> Arquivo Português Oriental, Tomo X, Doc. 57.